

Território, Participação Popular e Saúde: Manguinhos em debate

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Fiocruz

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA - ENSP

Diretor

Antônio Ivo de Carvalho

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Coordenador

José Leonídio Madureira de Sousa Santos

Território, Participação Popular e Saúde: Manguinhos em debate

Organizadores:

Carla Moura Lima

Leonardo Brasil Bueno

Assessoria de
Cooperação
Social



Realização:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Copyright ©2010 dos autores

Distribuição e informações:

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

ISBN: 978-85-88026-47-6

Capa, Criação e Diagramação

Quattri Design

Fotos

Acervo Rede CCAP

Revisão de Texto

Leide Marili Dannehl Martinez

Apoio

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Escola Nacional de Saúde Pública

Sérgio Arouca - ENSP

Pré-Impressão, CTP e Impressão

Ediouro Gráfica e Editora Ltda

Catalogação na fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica Biblioteca da Escola Nacional de
Saúde Pública Sérgio Arouca

L732t Lima, Carla Moura (org.)
Território, participação popular e saúde: Manguinhos
em debate. / organizado por Carla Moura Lima e Leonardo
Brasil Bueno. – Rio de Janeiro : ENSP/Fiocruz, 2010.
104 p.

ISBN: 978-85-88026-47-6

1. Participação Comunitária. 2. Saúde Ambiental.
3. Violência. 4. Dengue – prevenção & controle.
5. Movimentos Sociais. 6. Território. I. Bueno, Leonardo
Brasil (org.). II. Título.

CDD - 22.ed. – 363.7



Autores

Carla Moura Lima²

Cristina Barros¹

Daniel Soares²

Elisabeth Campos²

Felipe Eugênio dos Santos Silva⁵

Fernando Luis Soares²

José Leonídio Madureira de Sousa Santos¹

Leonardo Brasil Bueno²

Mayalu Matos²

Michelle Oliveira²

Nildimar Honório⁴

Paulo Bruno³

Rosane Souza²

¹ Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz

² Assessoria de Cooperação Social/ENSP/Fiocruz

³ Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental/ENSP/Fiocruz

⁴ Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz

⁵ Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA Manguinhos



Sumário

- 09** Apresentação
- 11** Introdução
- 15** Análise crítica do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos
- 37** Território de exceção enquanto limite e possibilidade para a Gestão Democrática em favelas da cidade do Rio de Janeiro
- 51** PCDM – Programa de Controle da Dengue em Manguinhos: reflexões sobre uma experiência coletiva no campo da saúde
- 61** Vozes de quem sofre: discutindo a Saúde Ambiental na Bacia do Canal do Cunha
- 81** Reiventando a Esperança dos Sujeitos Históricos do Estuário de Manguinhos
- 89** Ecomuseu de Manguinhos: a memória dos gestos no desenvolvimento local



Apresentação

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), ao longo das duas últimas décadas, vem ampliando cada vez mais o seu compromisso com Mangueiras. Diversas iniciativas institucionais voltadas para a promoção da saúde e enfrentamento dos múltiplos determinantes e condicionantes sociais da saúde estão sendo desenvolvidas nesse lugar, marcado pela pobreza e demais formas de violência social, e também pela capacidade criativa da população e das suas organizações presentes nesses territórios na construção de alternativas para mitigação desses fatores. Marcas essas comuns a diversos outros territórios situados nas regiões metropolitanas do país, colocando-nos o desafio de cooperar com a sociedade civil e governos na replicação de experiências intersectoriais exitosas e indutoras de políticas públicas redutoras das inaceitáveis e superáveis iniquidades que interferem diretamente na qualidade de vida urbana dessas populações. Por ser uma instituição pública e de interesse público, a ENSP possui um compromisso público para com a transformação social desses territórios.

Na perspectiva adotada aqui entendemos ser imprescindível que o conhecimento técnico-científico reconheça e reforce a capacidade contida nas práticas cotidianas e solidárias de resistência - reação e criação - à violência social em territórios vulnerabilizados. Protagonizada pelas populações locais, essa resistência adquire sentido não apenas como reação imediata à violência sofrida, mas também como forma criativa de superação de situações adversas no território. Seguindo o propósito de cooperação para o fortalecimento dessas práticas, a ENSP instituiu, em 2005, a Assessoria de Projetos Sociais, atualmente denominada Assessoria de Cooperação Social (ACS/ENSP/FIOCRUZ), responsável por esta publicação. Pautada por conceitos de fortalecimento da cidadania, equidade, transversalidade, territorialização de direitos e sustentabilidade socioambiental, a ACS/ENSP/FIOCRUZ visa à efetivação de processos locais de controle social e gestão participativa de políticas públicas.

Essa publicação se insere no conceito de cooperação que está presente nas áreas de ensino e pesquisa da ENSP. Representa, portanto, mais uma iniciativa que reflete o nosso esforço de empreender diversos olhares sobre os desafios que nos são colocados cotidianamente. Por atuarmos no território de Manguinhos e nos colocarmos solidariamente ao lado dessa população, procuramos estreitar os laços de cooperação. Como uma instituição pública comprometida com o maior valor que é a vida, buscamos colocar nossos recursos técnico-científicos a serviço da busca de soluções dos entraves à saúde da população. Fazemos isso em conjunto com os atores sociais locais, com os quais aprendemos muito e temos tido trocas cada vez mais frutíferas.

Os problemas enfrentados pelos moradores de todas as comunidades de Manguinhos são encarados por nós como entraves à promoção da saúde nesse território. Por isso não podemos nos furtar a enfrentar discussões acerca dos determinantes sociais da saúde em seus diversos níveis de repercussão na qualidade de vida dessas comunidades.

Diferentes experiências têm sido postas em curso, e essa publicação espelha uma vertente do trabalho da ENSP, a cooperação social, que não só tende à continuidade, como também ao crescimento e contínuo aprimoramento. Neste sentido, os relatos e reflexões contidos nos textos contribuem de modo importante para tal vertente de trabalho, principalmente, num momento de implantação de projeto Território Integrado de Atenção à Saúde -Teias Escola Manguinhos- com destaque para um modelo de gestão participativa, de redes colaborativas e desenvolvimento de tecnologias inovadoras com perspectiva de sua replicabilidade.

Apostamos no estreitamento nas relações com governos e sociedade civil para que os esforços se transformem em políticas públicas territorializadas e tenham êxito para a elevação da qualidade de vida em todos os lugares, em especial no território de Manguinhos.

Direção da ENSP



Introdução

Manguinhos vive um momento inédito da sua história urbana. Esse território que é formado, em sua maior parte, por um conjunto de favelas com origens em períodos muito diferenciados, está sofrendo profundas modificações a partir de intervenções de projetos de diversas naturezas, que não só mexem com a infraestrutura urbana, mas também alteram relações de poder e mobilizam sujeitos individuais e coletivos inteiros em sua vida e subjetividade. Desde o anúncio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2006, a vida das pessoas do lugar tem sido afetada por promessas, boatos, desmentidos, informações distorcidas e muitas vezes a ausência total de informações.

Este novo cenário coloca novos desafios não só para os moradores, como também para as instituições que atuam no território, como é o caso da Fio-cruz. Neste sentido, uma das iniciativas da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca foi a de aprofundar o seu diálogo com atores sociais locais através da Assessoria de Cooperação Social.

Estar junto com a população local, assessorando o movimento social em seus espaços de organização e contribuindo com o fomento à reflexão crítica acerca da realidade, bem como a sistematização de experiências, eventos, propostas e respostas, são algumas das ações da Assessoria de Cooperação Social.

O enfrentamento de desafios gerados pelo PAC e outras ações governamentais que vieram na sua “esteira” requerem um olhar constante para a origem do planejamento do Programa, para a sua execução e em especial, para a relação que o poder público estabelece com os moradores de Manguinhos e suas organizações locais.

Dessas reflexões nasceram diversos textos de análises, dentre esses foram selecionados cinco textos, em formato de artigos, alguns mais conceituais e

outros ainda que prenunciam processos elaborados no intuito de oferecer soluções inovadoras para a preservação da identidade cultural formada na luta social da gente que mora nessa terra tão mexida e machucada, com suas feridas abertas que sangram, mas também transbordam vida, produção de beleza e reflexão crítica e que conferem sentido, “fioconduzem” a passagem por tantas mudanças.

Nosso fio condutor é o território de Manguinhos e o PAC. Alguns desses textos encontram-se na presente compilação, que nasceu da necessidade de compartilhar parte da sistematização dos debates vivenciados ao longo desse ano e meio de trabalho.

Tais textos são “denúncia e anúncio”, como dizia Paulo Freire. A primeira parte do livro contém texto que analisa o Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos, elaborado em 2004, que serviu como referência para as principais decisões do PAC-Manguinhos e os limites e possibilidades para a gestão democrática de políticas públicas em territórios de favelas, marcados pela suspensão permanente de direitos, nas quais vivem os seus moradores. A partir da categoria política “território de exceção”, construída com o movimento social local e organizações de base durante o trabalho da ACS/ENSP/Fiocruz, analisa-se um estado de exceção não declarado oficialmente, mas territorializado nas comunidades de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Denúncia.

Na perspectiva Freiriana, denúncia precisa preceder anúncio. Na segunda parte do livro há alguns anúncios, cujo fio condutor subjacente é o tema saúde ambiental. Uma experiência de intersectorialidade, parceria entre pesquisadores, técnicos e população, em torno de um tema altamente desafiador: o enfrentamento da Dengue a partir da construção coletiva de saberes e práticas. Outros anúncios foram levantados, denunciados e propostos na Pré-Conferência de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha e seus desdobramentos e por fim, os princípios que fundamentam um processo que hora se inicia, - o Ecomuseu de Manguinhos.

As reflexões por vezes duras, outras vezes mais suaves e até líricas, mas sempre críticas, marcam esse trabalho, cuja tentativa é contribuir para o debate sobre a vida em territórios de favela de grandes cidades. Estes são portadores

de toda a sorte de dificuldades, do qual o enfrentamento de maneira compartilhada e democrática urge, de forma a garantir a todos e todas, os direitos básicos à dignidade, com preservação de sua identidade e esperança que nutra a sua luta cotidiana por uma vida com mais qualidade.

O território de Manguinhos

A partir de dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2000), do Instituto Municipal Pereira Passos, do censo PAC Empresarial do Complexo de Manguinhos (2009) e PAC Domiciliar do Complexo de Manguinhos (2009), ambos elaborados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, além do cálculo da taxa média anual de crescimento populacional estipulada para o bairro, a ACS/ENSP/Fiocruz aponta hoje para, aproximadamente, 38.000 mil pessoas residindo no bairro de Manguinhos e para, aproximadamente, 48.500 pessoas residindo no Complexo de Manguinhos. Estando atualmente entre os sete piores no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro. O bairro de Manguinhos é um microcosmo da desigualdade brasileira. No território grande parte de sua extensão é classificada enquanto áreas “subnormais” pelo IBGE, aonde convivem também grandes empresas públicas e privadas, nacionais e transnacionais, com seus centros de desenvolvimento tecnológico produzindo pesquisa.

O bairro de Manguinhos, segundo o Decreto N° 7.980 de 12 de Agosto de 1988¹ tem sua delimitação geográfica:

“Da confluência do Canal do Cunha com a Avenida Brasil seguindo por esta (incluída) até o Ramal de Minérios de Arará; por este (incluído) até o entroncamento com o Ramal Leopoldina da RFFSA; seguindo pelo leito deste, até o cruzamento com o Rio Jacaré; pelo leito deste até a Avenida Suburbana; por esta (excluída) até a Rua José Rubino; por esta (excluída) até a Avenida dos Democráticos; por esta (incluído apenas o lado par) até a Rua Capitão Bragança; por esta (incluída, incluindo a Rua Hespéria), atravessando a Rua Uranos, até o Ramal Leopoldina da RFFSA; pelo leito deste, até o prolongamento do alinhamento da Rua Eurico

¹ Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smulbuscafacil/arquivos/pdf/d7980m.pdf>

Souza Leão; por este e pela Rua Eurico Souza Leão - (incluída); Avenida Novo Rio (incluído apenas o lado ímpar) até a Avenida Brasil por esta (incluído apenas o lado ímpar, incluindo o Viaduto de Manguinhos) até o ponto de partida.”

Nas delimitações, tanto do Complexo, quanto do bairro, os espaços para habitação em Manguinhos são, em sua grande maioria, territórios favelizados que apresentam diversas carências e necessidades. O bairro de Manguinhos contém atualmente, dez comunidades em território favelizado - CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Vila Turismo, Parque Carlos Chagas- Varginha, Mandela de Pedra, Nova Embratel, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz- Amorim e Conab- Vitória de Manguinhos. No entanto, o Complexo de Manguinhos abrange além das comunidades de favelas contidas na delimitação do bairro, mais quatro comunidades: CCPL, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

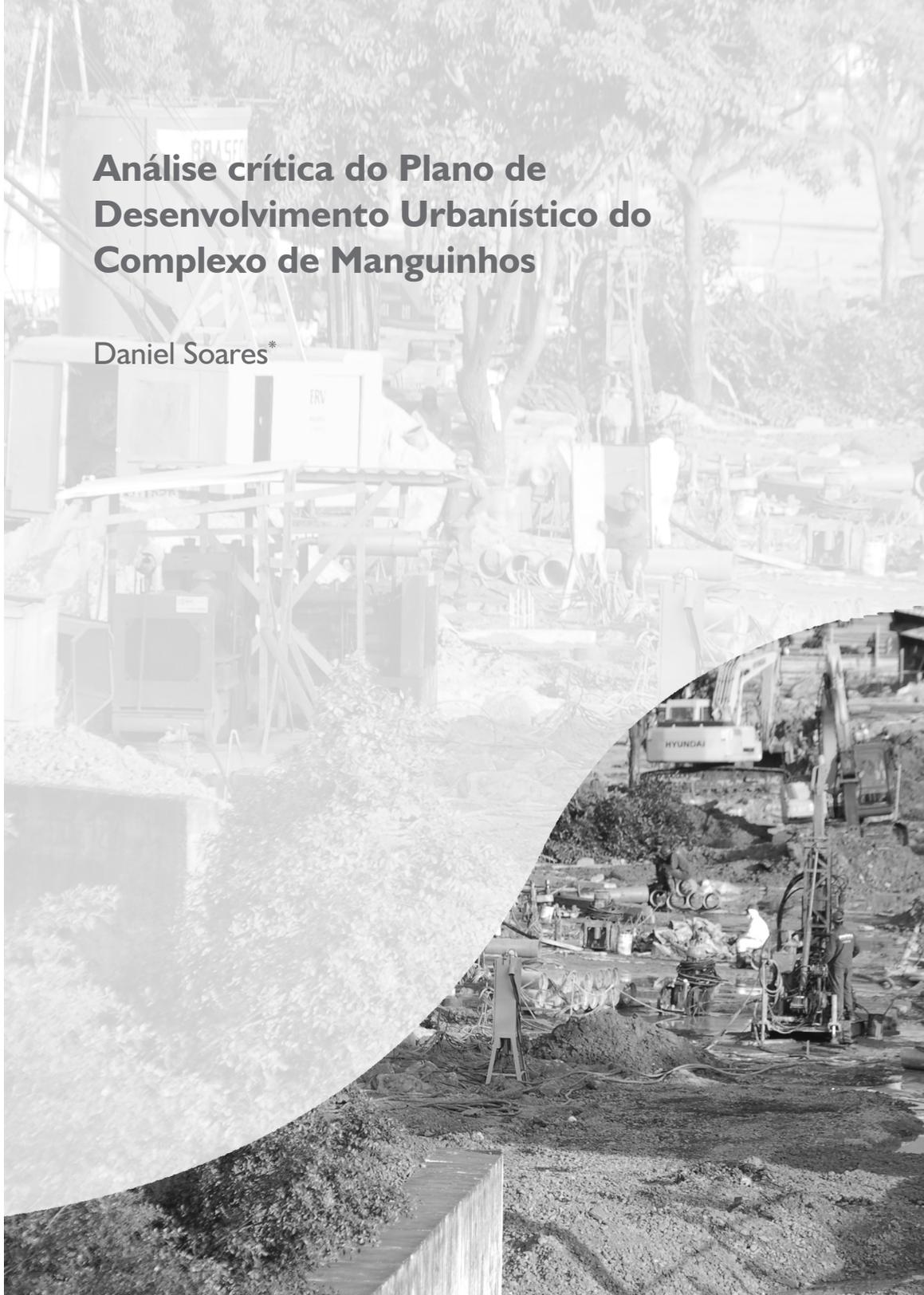
O cotidiano nos territórios de favelas de Manguinhos se caracteriza por violento controle social exercido sobre a maioria de seus moradores; violação de direitos civis e políticos por aparelhos de coerção públicos e privados; pouco acesso a direitos sociais (acesso à educação, saúde/ambiente, habitação, etc); alto desemprego e precarização acentuada do trabalho; baixa escolaridade e acesso restrito à saúde pública; condições ambientais deterioradas; população empobrecida, desprovida também de capital cultural e social; políticas públicas assistencialistas e paternalistas; cultura de massa incentivando ação individualista e fragmentada; criminalização do território. O desafio da ACS/ENSP/Fiocruz é contribuir, a partir de reflexão e prática crítica, com a criação de alternativas locais para a transformação efetivamente democrática desse cotidiano. Para tanto, elege como ponto fundamental de seu trabalho o assessoramento e o apoio à luta por cidadania efetiva e “reconstrução da dignidade humana”² desenvolvida por movimentos sociais e organizações de base nos territórios de favela. A discussão aqui introduzida objetiva, portanto, chegar tanto nas práticas e debates realizados em meios acadêmicos, quanto em espaços de movimentos sociais, organizações de base e de indivíduos em busca de reversão do cotidiano injusto em que vivem.

Os Organizadores

² Expressão inspirada em fala do deputado estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, em evento CEENSP organizado pela Assessoria de Cooperação Social, realizado na Escola Nacional de Saúde Pública, no dia 19/11/2008. No evento mencionado, Freixo se referiu à urgência de “revertemos o quadro de desconstrução da dignidade em curso nas favelas da cidade do Rio de Janeiro”.

Análise crítica do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos

Daniel Soares*



Análise crítica do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos

Daniel Soares*

Resumo

O presente texto é o resultado de um esforço coletivo de análise do Plano de Desenvolvimento Urbanístico elaborado para Manguinhos que orientou as decisões do poder público sobre o que priorizar nas intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos.

Palavras-chave

Movimento social organizado; protagonismo local; território; violência.

Introdução

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, trata de uma série de investimentos públicos que segundo o Governo Federal objetivam promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento da oferta de emprego e em última análise, a melhoria das condições de vida da população brasileira. Os dados oficiais do programa prevêem um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 170,8 bilhões na área social e urbana, para intervenções entre 2007 e 2010.

* O presente artigo contou com a co-autoria de Leonardo Brasil Bueno, Fernando Luis Soares, Carla Moura Lima, Elisabeth Campos, Michelle Oliveira, Rosane Souza, José Leonídio Madureira de Sousa Santos.

Os investimentos do PAC destinam-se especialmente a obras de infra-estrutura para facilitar o funcionamento de empresas no Brasil reduzindo os seus custos e aumentando a sua produtividade. Além disso, há mais blocos de medidas econômicas previstas como: estímulo ao crédito e ao financiamento; melhora do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e medidas fiscais de longo prazo. Outro objetivo bastante divulgado do PAC é a eliminação de desigualdades sociais. Em virtude da atual crise econômica, paira um sentimento de insegurança com relação à permanência do montante previsto de investimentos no PAC. Em resposta a isso o Governo Federal anunciou que todas as obras previstas serão mantidas, já que foram licitadas desde 2006 e em função da crise global, haverá um aumento orçamentário de 26 por cento para 2010*. A ministra chefe da casa civil Dilma Rousseff, em entrevista, esclareceu ainda que o dinheiro virá: 56 por cento das estatais; 17 por cento do setor privado; 7 por cento na seguridade social e 16 por cento no financiamento direto do governo e 4 por cento virão de Estados e municípios.

Entre as diversas iniciativas do PAC, cuja descrição detalhada não é objeto do presente trabalho, cabe ressaltar que há a previsão de R\$ 3,5 bilhões de investimentos na urbanização de favelas. Na cidade do Rio de Janeiro há intervenções iniciadas em diversas favelas, porém o maior montante de investimentos destina-se a Manguinhos, Alemão e Rocinha.

Todos os projetos do PAC em áreas de favela no Rio de Janeiro contam com uma “obra-símbolo”. No Complexo do Alemão, um teleférico ligando a parte alta do complexo à estação de trem de Bonsucesso. Na Rocinha, a passarela projetada por Oscar Niemeyer sobre a auto-estrada Lagoa-Barra e o anel rodoviário de 3,4 mil metros em torno da comunidade. Em Manguinhos, a elevação da linha férrea do ramal de Gramacho/Saracuruna ao longo de mais de dois quilômetros e a construção de um grande parque metropolitano na área a ser liberada pela elevação.

Em Manguinhos, o projeto de intervenção do PAC norteia suas atuações pelo PDU – Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos, encomendado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2003 e executado parcialmente, em 2004, por um consórcio privado. O plano não foi im-

* Em 03/12/2008

plantado pela Prefeitura do Rio de Janeiro por não ter sido submetido ao processo de avaliação social, previsto no processo administrativo 16/000339/03, e não prosseguiu a terceira e última fase do processo, a de prognose, ficando restrito às fases de identificação e diagnóstico, não sendo sequer publicado no sítio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tal plano parte de uma série de pressupostos técnicos para tentar decifrar a realidade local. De acordo com estes pressupostos, oferece alguns argumentos à guisa de conclusão e sugere planos de ação do poder público para a área.

I – Uma análise do PDU

A principal crítica ao PDU está em sua metodologia, o que compromete o processo de trabalho como um todo. O plano encara Manguinhos quase como uma entidade autonomizada, supostamente independente da totalidade social, e não como um território que está submetido a uma lógica de desenvolvimento, ocupação e gerenciamento do espaço em prática há séculos no Brasil e no Rio de Janeiro. Na verdade, a metodologia arregimenta seu ferramental para justificar um projeto urbanístico, no molde moderno-colonial, dentro do marco do modelo de ‘desenvolvimento’ hegemônico. Moderno-colonial capitalista, pois desqualifica outras formas de utilizar e pensar o território, propondo ações efetivas bastante distantes das prioridades reivindicadas pelas populações locais. Segue a tendência histórica de concepção dos grandes projetos urbanísticos, norteados pela negação à participação popular efetiva e por discursos pautados na naturalização de desigualdades (que longe de serem naturais, são produzidas no processo histórico que privilegia os mais poderosos).

Manguinhos é um microcosmo da desigualdade brasileira. Num bairro onde vivem aproximadamente 38 mil pessoas em áreas classificadas como “subnormais” pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), convivem grandes empresas públicas e privadas nacionais e transnacionais, com seus centros de desenvolvimento tecnológico produzindo pesquisa de ponta. Os dejetos do desenvolvimento industrial brasileiro contaminam os rios e canais que passam na porta de casas e inundam as mesmas em dias de chuva, enquanto outras camadas da população transitam por essa área de carro (se possível blindado), o mais rápido quanto puder, quando não há outra alternativa, por uma das grandes vias expressas e arteriais da cidade que cortam o bairro e seu entorno.

II – Manguinhos e o mundo: o território como produto histórico

O primeiro impacto da atuação humana em Manguinhos se deu ainda durante a “primeira globalização”, o colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade (Porto-Gonçalves, 2006). Num processo de globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente, a metrópole portuguesa explorou com intensidade o pau-brasil então existente na região, colorindo roupas européias, desmatando as matas fechadas do que viria a ser Manguinhos e expulsando as populações indígenas que ali viviam.

Findo o potencial extrativista no local, iniciou-se o agrícola, onde o trabalho escravo transformava a fertilidade da terra em riqueza para os proprietários e para a Coroa, primeiro a portuguesa, e depois a brasileira.

Na segunda metade do século XIX o território brasileiro começou a ser rasgado por ferrovias, principalmente na região sudeste, onde se localizavam as principais culturas brasileiras de exportação: o café e a cana-de-açúcar. Um ciclo econômico que se inseria dentro da lógica da “segunda globalização”, o capitalismo fossilista e o Imperialismo. Era necessário alimentar, a baixos custos, a massa de trabalhadores europeus, principalmente ingleses. Sendo o Rio de Janeiro a capital do Império e um de seus principais portos, da cidade partiram linhas férreas para as regiões produtoras. Em 1886, foi fundada a Estrada de Ferro Leopoldina, partindo das imediações do Porto do Rio de Janeiro e seguindo para o norte fluminense, pólo produtor de cana-de-açúcar. Para contornar a Baía da Guanabara, a linha seguia rumo ao norte, paralelamente à baía, até que fosse possível inclinar-se ao leste por terra, circundando a massa de água, para depois tomar novo rumo ao norte.

Entre o fim do século XIX e o início do XX, o Rio de Janeiro continuava a ser o principal centro da atividade econômica dinâmica até então: a produção e exportação de café. Capital, reunia grande parte da estrutura burocrática do acanhado governo federal brasileiro, já então uma República, assim como o maior contingente de suas tropas militares. Sendo a cidade do principal porto do país, concentrava os serviços comerciais relativos à exportação de café. Era uma cidade de muitas possibilidades de emprego e subemprego a brancos pobres, negros ex-escravos e mestiços sem alternativas no campo dominado

por latifúndios. A consequência foi o inchamento das áreas centrais da cidade, resultando em caos nas condições de higiene e no colapso dos serviços públicos.

Para “sanear” o Rio de Janeiro era necessário abrir espaços e descongestionar as áreas centrais da cidade. Dada a assimetria de poder entre as elites e as classes populares, não é difícil saber em detrimento de quem esta reforma foi feita. Como o Estado não forneceu alternativas habitacionais aos expulsos, as soluções encontradas pelos próprios foram as ocupações das encostas e das periferias então desabitadas. Surgiram as primeiras favelas. A primeira, situada no Morro de Santo Antonio e a posterior e mais famosa localizada no Morro da Providência, ambas formando a parte periférica da área central da cidade (Abreu, 1993; Vaz e Jacques, 2002; Fernandes, 2006).

E como morar nas áreas centrais era cada vez mais caro, mesmo aqueles que tinham condições de pagar algum valor não tinham como fazê-lo nestas áreas. Surgiu assim mais uma oportunidade para a valorização de estoque de capital na cidade: a incorporação das antigas fazendas das zonas norte e oeste, seu parcelamento e revenda para fins habitacionais. Principalmente nas áreas no entorno dos ramais ferroviários, que, dada a nova demanda, cada vez mais se transformavam em ramais de passageiros, transportando trabalhadores a baixos custos para o comércio, porto e indústrias cariocas.

Este processo, iniciado na década de 1900, intensificou-se e consolidou-se ao longo das primeiras décadas do século XX. E como as áreas centrais foram se tornando saturadas até mesmo para a atividade econômica, os estabelecimentos industriais procuraram se localizar ao longo dos eixos de transportes, na primeira metade do século XX, ainda predominantemente ferroviários. As indústrias reforçaram o processo de atração das áreas de entorno de ferrovia à população operária. Assim fez-se a ocupação do que o PDU chama de área formal (ou normal) de Manguinhos e seu entorno, bem como se criou o que o plano chama de “vocação industrial da região” (pág. 81).

Na metade do século XX, em meio às altas taxas de crescimento econômico dentro do processo de industrializa o do país, as áreas nobres do Rio de Janeiro viram-se novamente saturadas. A  rea nobre agora era a zona sul da cidade. Integrada ao centro por linhas de bonde e avenidas construídas sobre

aterros e cercada de amenidades naturais, como a Floresta da Tijuca, a Lagoa Rodrigo de Freitas e, principalmente, as praias oceânicas ornamentadas pelas montanhas cariocas. Todos queriam morar próximos às maravilhas da “Cidade Maravilhosa”. E parte desta área estava ocupada por favelas, produtos tão diretos da industrialização quanto o crescimento econômico, uma vez que o subdesenvolvimento é um irmão gêmeo do desenvolvimento capitalista (Furtado, 2000).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o Rio de Janeiro sofre intenso processo de remoção. Em nova agenda definida pela elite e amplamente apoiada pela já numerosa classe média, o Estado removeu os moradores de favelas das zonas nobres, liberando o espaço para ser ocupado por novos empreendimentos imobiliários, destinado àqueles que podiam pagar pelo endereço chique, beneficiando o setor de construção civil. Esse setor, por sua vez, maximizava lucros minimizando as despesas com os salários da mão-de-obra, moradora, majoritariamente, de favelas e periferias.

Remoções também foram necessárias em áreas preciosas para a promoção do progresso brasileiro. Algumas áreas, mesmo que fora da zona nobre, eram próximas ao porto ou seriam necessárias para a construção de vias de escoamento de pessoas e produtos, como a ponte Rio - Niterói.

Em Manguinhos, diversas áreas de mangue no entorno da estação de trem local foram aterradas. Cidadãos oriundos de remoções da zona sul, do Caju e da Ilha de Sapucaia, aterrada para dar origem à atual Ilha do Fundão e construir a Cidade Universitária, foram removidas para estas áreas em habitações ditas provisórias, em sua maioria de madeira, minúsculas e sem redes de serviços. Tais áreas permanecem sujeitas a alagamentos, uma vez que os aterros foram feitos às pressas em áreas de mangue onde deságuam vários rios e canais que escoam as águas das chuvas e do esgotamento sanitário doméstico e industrial de parte da zona norte para a Baía de Guanabara. Abandonados à própria sorte, os cidadãos removidos pelo Estado transformaram o provisório em permanente. O barraco de madeira em alvenaria¹ e assim por diante. Foi a origem das comunidades do entorno da linha férrea.

¹ A transformação das habitações de madeira em alvenaria nas favelas ocorreu principalmente a partir do momento em que houve garantias mínimas, por parte do poder público, de permanência da população nestas áreas e expansão dos serviços públicos em direção a elas, o que se deu a partir do primeiro governo estadual de Leonel Brizola (1983-1987).

Nas décadas de 1960 e 1970, grandes contingentes continuavam a chegar ao Rio de Janeiro, atraídos pela expectativa de uma vida melhor, para desfrutar do “milagre econômico brasileiro”, quando a economia do país cresceu à taxa média de 11% ao ano entre 1968 e 1973, cujas benesses foram amplamente divulgadas pela mídia televisiva, que a partir da década de 1960 passou a transmitir em rede nacional seus noticiários e novelas (que exaltavam o novo Brasil moderno, urbano e industrial). Desenvolvimento deliberadamente concentrado e concentrador nas áreas já industrializadas, de modo a aproveitar ao máximo as economias de escala e fazer o país crescer, na marra, o máximo que pudesse, já que a ditadura militar (no poder desde 1964) necessitava desesperadamente se justificar socialmente, e o fazia através da promoção do desenvolvimento econômico.

Uma vez que havia na área habitações instaladas, e estando ausente o poder público, as áreas remanescentes de Manguinhos se tornaram alvos de ocupação espontânea e desordenada. Com o tempo, serviços públicos, mesmo que precários, facilidade de acesso à diversas áreas da cidade e à proximidade do Centro atraíram grandes contingentes oriundos de migração direta de outras regiões do estado e do país (principalmente Minas Gerais e Nordeste) e mesmo populações de outras favelas cariocas, gerando a grande densidade populacional identificada pelo PDU, apesar de o plano (p. 73) subestimar a migração nordestina e mineira na área em um texto truncado, que diz ser inexpressiva a presença de migrantes de outros estados na região, embora o gráfico 6.32, logo abaixo, indique cerca de 15% dessa presença na população.

Após as crises do petróleo de 1973 e 1979, o cenário no início da década de 1980 era de estagnação econômica e de inflação crescente. Isto num ambiente em que grandes contingentes chegavam ao mercado de trabalho, fruto da grande taxa de aumento populacional ao longo dos anos 1950 e 1960². Sem emprego e com o custo de vida alto, principalmente para os mais pobres, a solução de moradia para os filhos da favela era continuar em casa mesmo depois de constituir a própria família (aumento da densidade populacional por domicílio), um barraco nas franjas da favela (expansão horizontal), ocupação de áreas próximas vazias ou abandonadas (criação de novas favelas) ou a construção de um segundo andar nas casas de alvenaria (expansão vertical).

² A taxa de aumento populacional brasileira saltou de 1,8% ao ano entre 1872 e 1940 para 3% entre 1950 e 1960, resultado principalmente da queda acentuada da taxa de mortalidade, sobretudo a infantil, no pós-guerra.

No fim da década de 1980, chuvas torrenciais castigaram o Rio de Janeiro no verão de 1988. As enxurradas deixaram milhares de desabrigados. Reeditando as mesmas velhas práticas, a Prefeitura carioca tratou os cidadãos desabrigados como de segunda classe. Favelados desabrigados, não haveriam de ter direito a morar em habitações decentes. A eles foram destinadas unidades habitacionais de 22m² à beira de canais e rios poluídos por resíduos industriais. Servidos por serviços públicos precários. Manguinhos passava a ter, assim, sua feição atual, com a criação das comunidades ao leste da avenida Leopoldo Bulhões.

Nos anos 1990, a agenda neoliberal pôde se impor de maneira mais efetiva no Brasil, consolidando o “pensamento único” e marginalizando as críticas através do discurso técnico fatalista e pretensamente neutro. O efeito colateral das práticas neoliberais se manifestou através da reestruturação abrupta do setor industrial brasileiro e do mercado de trabalho. Com o mercado brasileiro sendo invadido por produtos importados baratos, sejam os de baixa e média tecnologia (produzidos em larga escala e por mão-de-obra barata na Ásia) ou de tecnologia de ponta (com componentes de ponta produzidos por mão de obra qualificada dos países do Norte e montados por mão-de-obra mais barata em países do Sul). Sem condições para concorrer desta forma, diversas plantas industriais fecharam, desempregando muitos trabalhadores³ que, de repente, tiveram suas especialidades transformadas em obsoletas.

Como consequência da adoção de políticas de cunho neoliberal, cresce em rapidez exponencial o mundo do trabalho chamado precário ou informal que ocupa, no caso do Brasil, um espaço cada vez maior. De forma impessoal, o desemprego estrutural que decorre da acumulação flexível e global é tratado como inevitável, como uma espécie de pequeno pedágio que seria preciso pagar para se ter acesso aos benefícios da modernização acelerada e violenta do capitalismo. Oportuno para legitimar o crescimento intenso da esfera financeira, o neoliberalismo e suas premissas traduzem-se como nunca nas relações sociais de trabalho e no que chamamos de precarização do trabalho⁴.

³ Nos três anos após o plano Collor, entre março de 1990 e março de 1993 o número de carteiras de trabalho assinadas no país caiu 21%, retornando ao nível pré-plano Collor apenas em agosto de 2007, diante de uma população economicamente ativa 33% maior. Fonte: Ipea.

⁴ A precarização do trabalho é o processo de diluição dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É tão-somente a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. Mas, tal como a seguridade social, construída a partir das lutas sociais do mundo do trabalho organizado, em sindicatos e partidos trabalhistas, no período de ascensão histórica do capital, a precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É conteúdo de uma determinada forma de Estado político – o Estado neoliberal que visa suceder o Estado social. O Estado neoliberal é o Estado político do capital em seu período de decadência histórica e de crise estrutural. A precarização é um processo societário, de conteúdo histórico-político, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho (ALVES, 2004).

O espaço econômico brasileiro também foi forçado à reorganização. A decadência do parque industrial do Rio de Janeiro que começara com a transferência da capital federal em 1960, exacerbou-se com a crise generalizada do parque industrial nacional. Mesmo a partir da desvalorização do real frente ao dólar, em 1999, e de sinais intermitentes de recuperação na atividade econômica nos primeiros anos do século XXI, a instalação de novas plantas industriais se deu em novas bases. Com mais tecnologia incorporada, próxima ao locus de produção de novos setores dinâmicos e incorporando mão-de-obra em quantidade menor e com maior qualificação.

Manguinhos e seu entorno, região de “vocação industrial” ao longo do século XX, foram duramente afetados por esta reorganiza o espacial.  s novas atividades, a região tomada por velhos galpões, val es poluídos e cercado de favelas, passa a não interessar mais. O destino de diversos prédios industriais abandonados em Manguinhos e em seu entorno acabaria sendo o da ocupa o e cria o de novas favelas, já na década de 2000. Ao longo dos séculos, o extrativismo predatório, a indústria de base fossil sta e o descaso do Estado e da sociedade com os deserdados do progresso exauriram o território. Aqueles que se locupletaram neste território retiraram-se, deixando atrás de si uma terra arrasada.

A grande m dia produz a representa o social de que a atividade econômica capitalista está sendo expulsa deste território devido a violência urbana, tendendo a culpar os favelados pelo esvaziamento econômico da região. Tal representa o omite a análise fundamental para o entendimento da atual situa o do território de Manguinhos. A análise do processo de constru o de Manguinhos, condicionado pelas contradi es históricas do próprio sistema capitalista e pautado pela utiliza o daquele território enquanto mero insumo produtivo, a ser consumido enquanto for lucrativo e descartado como resíduo quando não provir mais retornos.

III – Violência, exclusão social e medo.

A exclusão de direitos nasce da inclusão precária (Martins, 2002). Desde sempre, o Brasil foi uma sociedade excludente, onde só uma parte da popula o tinha o benefício de ser protegida pela legisla o vigente. Desde os “homens

bons”, brancos e proprietários que eram os únicos com direito a voto nas cidades coloniais, até a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que estende benefícios trabalhistas apenas aos trabalhadores urbanos.

Era naturalizado dentro desta sociedade, portanto, que ao contingente de ex-escravos e migrantes pobres que chegavam ao Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do século XX fossem negados os direitos de cidadania, apesar da Constituição de 1891, da recém proclamada República, afirmar em seu artigo 72 serem todos iguais perante a lei. Eram excluídos com base em vários critérios, como o de serem analfabetos ou não possuírem ocupação fixa⁵. Serviam como mão-de-obra barata, mas não ao convívio. Empurrados para o alto dos morros e para as várzeas das periferias, deviam lá ficar confinados e sair e voltar apenas para trabalhar. Desde há muito, favelado no asfalto sem estar a caminho ou voltando do trabalho, é tratado como elemento perigoso, suspeito pela polícia e pela sociedade em geral. As favelas, portanto, historicamente, têm a feição de guetos. Aglomerados onde vivem cidadãos indispensáveis ao funcionamento da cidade, integrados economicamente a ela, porém excluídos dos direitos de cidadania desfrutados pelos demais cidadãos, configurando assim verdadeiros territórios segregados ao pleno Estado de Direito Democrático.

Nessa difícil dinâmica, cada vez mais acirrada em suas iniquidades e desigualdades, a favela na cidade configura o espaço - histórico e desigual – destacado da combinação das mais distintas formas de violência da cidade, apresentando características que nos permitem representá-lo enquanto território de exceção, onde efetivamente existe a exclusão de direitos civis, políticos e sociais para a maioria de seus moradores. Nos momentos de conflitos mais intensos entre facções criminosas, e destas com os aparatos policiais e militares oficiais do Estado, essa ausência de direitos aparece de modo parcial para o restante da cidade, normalmente através da mídia e sua tendência sensacionalista, elitista e apologetica de ações policiais violentas. No entanto, essas representações escondem ou deixam de analisar prioritariamente a origem e situação da violência social territorializada que marca diretamente o cotidiano da grande maioria de moradores sem relação com nenhuma forma de criminalidade nes-

⁵ Caso emblemático de ferramenta de controle social é a possibilidade de prisão por “vadiagem” nos termos do Decreto-Lei 3.688 de 03/10/1941, em seu artigo 59, que torna passível de prisão todos aqueles em idade adulta sem ocupação fixa: “Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.”

tes espaços. O Plano de Desenvolvimento Urbanístico não desenvolve uma perspectiva crítica em relação a essas representações, comprometendo sua condição de referência para uma política pública com sustentabilidade e pautada por ações estruturantes.

As três últimas décadas da história do Ocidente foram caracterizadas (Hobsbawm apud Souza, 2005) como a “Era do Desmoroamento”, em função do registro do quadro mais sombrio de tortura e terror da história aliado a quadros significativos e provavelmente inéditos causados pelas desigualdades sociais, a pobreza, o meio familiar e social que colocam os desempregados e sem esperança de conseguir emprego, os “não-empregados” (Boff, 1997) - mais vulneráveis ao mundo do crime. São esses também os mais expostos a serem vitimados pela violência e criminalizados pelo aparelho repressivo (Baierl, 2004).

Se, dentro do sistema capitalista, o desenvolvimento é acompanhado necessariamente pelo subdesenvolvimento, o progresso traz ao mesmo tempo a pujança de uns e a miséria de outros. Quadro social fértil para a proliferação de diversas violências, levando ao quadro atual onde a causa-mortis de 39,7% dos jovens de 15 a 24 anos mortos no Brasil em 2006 foi o Homicídio⁶. A violência deve ser pensada também para além dos jovens que são suas principais vítimas diretas, precisa ser analisada tendo em vista os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais, territorializados de sua produção (Baierl, 2004. p.22). Não se pode buscar explicação e analisar questões relativas à violência e ao medo, desvinculadas das diferentes formas de exclusão social. Essas geram nas pessoas um medo social ou “sofrimento ético-político” (Sawaia, 1999 apud Baierl, 2004), onde embora seja o indivíduo que sofre, a gênese do sofrimento não está nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (Almendra e Baierl, 2002).

Nos dias atuais, numa cidade como o Rio de Janeiro, a violência tem ampliado o medo social, típico do imaginário coletivo (no caso das classes, média e alta, causado pelo aumento perverso dos índices de violência na cidade) ou real (no caso das classes populares moradoras da maioria das favelas ocasionado por ameaças reais advindas da convivência com sujeitos fortemente armados

⁶ Mapa da Violência, 2006.

que intimidam com práticas pautadas no terror), imprimindo ritmo e dinâmica cotidiana, pois no fundo todos se sentem ameaçados, e de uma forma ou de outra, correndo perigo. Esse medo é geralmente utilizado como instrumento de coerção por grupos que submetem pessoas aos seus interesses. O medo social vem alterando o tecido e o território urbano. Na tentativa de se adaptar para sobreviver, as pessoas vão “reestruturando a forma de se apropriar do meio urbano construindo novas formas de sociabilidade e dilapidando o capital social”. No caso dos moradores, lideranças de favelas e profissionais que atuam nelas, ou em unidades que atendem a essas pessoas, a reação possível é o emudecimento. Sartre(apud Baierl, 2004, p.16) assinala que a “necessidade de segurança é intrínseca ao homem e simboliza a vida, enquanto a insegurança sinaliza a morte”

Organizados de forma capitalista, os diversos grupos criminosos existentes na cidade concorrerem entre si, por mais fatias de mercado. Dentro das características desta atividade, o controle do território é fundamental à lucratividade, uma vez que mais território representa mais pontos de venda, maior população passível de ser extorquida de taxas e maior mercado consumidor aos serviços monopolizados pelo crime. Como se trata de atividade ilegal e regulada pela força do arsenal militar que cada grupo monta, a disputa pelo mercado é feita pela força das armas. As disputas entre quadrilhas pela ampliação de seu território de atuação e conseqüentemente pela ampliação de seu mercado causam reflexos no “asfalto”, na cidade formalizada. Tiroteios próximos às áreas nobres e balas perdidas começam a se tornar comuns nos anos de 1980 e se generalizam na década seguinte. A resposta do poder público se dá na política do confronto de modo a satisfazer uma sociedade civil ansiosa por punições exemplares e vingança por seus mortos. Esta política contribui para o aumento da violência nas favelas e em seus entornos, aumentando o desrespeito aos direitos dos cidadãos que nelas moram, ampliando o fosso que separa os moradores das favelas dos moradores do resto da cidade, tornando a favela um lugar cada vez mais fácil de ser dominado por grupos criminosos.

O crescimento da violência, além do medo generalizado, trouxe aumento do preconceito contra os pobres em geral, tomados como os agentes da violência, e auxiliou a tendência de demonizar os usuários de drogas, por considerá-los a fonte de todo o mal, de toda a violência. Os usuários por sua vez, encontram dificuldade em conseguir tratamento médico, ficando a mercê do traficante

e do policial corrupto (Zaluar, 2004). A política de confronto contribui para uma mudança no perfil da atração dos jovens às organizações criminosas, na medida em que ao matar indiscriminadamente, as forças de segurança geram contra si um ódio coletivo que reconhece nas organizações criminosas um meio para promover o combate do inimigo odiado.

O plano expressa surpresa quando os moradores identificam o medo da violência como principal motivo para querer se mudar do local, ao mesmo tempo em que aponta a calma e tranquilidade do lugar como principais motivos para se gostar dali. Não entende esta questão também por não ter dimensão histórica crítica. A história da favela é a história de ser o lugar dos banidos do convívio com o resto da cidade. Dos removidos e dos expulsos econômica e socialmente. Daqueles aos quais só lhes é admitido a circulação pela cidade quando para trabalho, habitualmente precário. O fato de não serem discriminados quando dentro da favela, faz com que os moradores se sintam mais calmos, tranquilos (pp. 77 e 83). Como não se sentiriam indo jantar num restaurante da zona sul, correndo o risco de serem maltratados ou mesmo barrados na porta, devido à sua aparência física, ao modo de se portar ao ou jeito de se vestir.

Embora o PDU aponte a violência como questão relevante, não apresenta nenhuma problematização aprofundada para esta. Mais grave que isto, não apresenta formulações claras, enquanto plano, de quais seriam as medidas necessárias para o combate à violência no território de Manguinhos.

IV – O território e as relações de poder

Há no PDU, portanto, uma lacuna em termos de problematização das relações de poder produzidas e mediadas pelo território de Manguinhos. Aqui percebe-se novamente a ausência de uma interpretação histórica que considere criticamente a curta e a longa duração do processo formador das relações de poder daquele território e as múltiplas escalas geográficas necessárias para a análise deste. O primeiro problema grave do PDU reside na condição privilegiada dada às proposições [dos presidentes] das associações de moradores enquanto organizações capazes de representar todos os moradores das comunidades de Manguinhos, assimilando diretamente as análises destas

instituições e às representando como “detentoras do reconhecimento dos moradores da comunidades como representantes de seus interesses”(p.68).

A aceitação acrítica dos apontamentos realizados pelas Associações de Moradores na construção do Plano parece desconhecer não somente a posição atual destas nas comunidades, como as profundas alterações na natureza dessas instituições no país a partir da década de 1990, que não permitem mais compreendê-las pelas suas bases de atuação nas décadas anteriores. Na década de 1970, as associações de moradores no país encontravam-se, em sua grande maioria, inseridas em um conjunto de movimentos populares que insurgiam como representantes de “uma fase de resistência e enfrentamento ao regime militar que perdia pouco a pouco sua base de legitimidade junto à sociedade” (Silva, 2004). Havia, portanto, nestas instituições uma legitimidade efetivamente popular e contestadora à imposição de uma ordem política e econômica arbitrariamente estabelecida. Do ponto de vista da organização das associações de moradores e dos demais movimentos populares surgidos, o início da década de 1980 também representou um momento especialmente relevante. Neste período, inserido em um processo notável de proliferação e diversificação dos movimentos populares pelo país, as associações de moradores passam a ganhar dimensão nacional e condição de protagonistas em lutas sociais locais e nacionais, como simboliza a criação da CONAM (Confederação Nacional de Associação de Moradores), apenas para citar um exemplo expressivo.

Nos espaços urbanos do país, a passagem da década de 1990 até os dias atuais se caracteriza por uma tendência geral de enfraquecimento sensível desses movimentos enquanto representantes de suas bases populares e como propositores de políticas públicas. A ascensão e a proliferação de grupos criminosos em meio a um cenário de desemprego generalizado e precarização das condições de vida formam as condições ideais para que as associações de moradores tenham seu caráter efetivamente popular e contestador enfraquecido, seja por mecanismos de coerção sofridos ou por estratégias de cooptação das quais são alvos. A posição das Associações de Moradores nos territórios das comunidades de Manguinhos não escapa dessa tendência, o que o diagnóstico parece ignorar, norteador boa parte de suas conclusões diretamente a partir das opiniões oriundas dessas instituições.

Embora represente atualmente uma limitação imediata para a mobilidade e, sobretudo, à liberdade da grande maioria dos moradores de Manguinhos, o “tráfico de drogas” não deve ser considerado apenas por sua escala local. Ao apontar a necessidade de “medidas de curto, médio e longo prazo que viabilizem o combate ao tráfico de drogas no Complexo de Manguinhos... entre as prioridades do PDU”(p.83), o diagnóstico necessita de uma explicitação e uma problematização de quais seriam tais medidas. Parece fundamental entender que Manguinhos não pode ser representado como um território homogêneo a ser combatido por forças policiais e militares, como nas concepções mais conservadoras de território que ainda influenciam as políticas implementadas nas cidades do país. Faz-se necessária uma compreensão do processo global e regional das rotas do narcotráfico e de sua associação com os circuitos do tráfico de armas adicionada à análise do sentido e forma do lugar sob influência do tráfico de drogas, justamente para evitar discursos que criminalizem ou estigmatizem o cotidiano da maioria de trabalhadores moradores de Manguinhos sob influência violenta destes grupos. Evitá-los significa também incorporar a questão da violência urbana às distintas escalas das práticas capitalistas⁷:

“Às favelas – que no caso do Rio de Janeiro se inscrevem historicamente na malha urbana privilegiada por investimentos públicos e privados – é sistematicamente atribuído o epicentro da violência, em decorrência do seu envolvimento no circuito da droga. Nessa atribuição desconhece-se... o fato banal de que os grupos de comando abrigados em favelas, envolvidos no comércio a varejo da droga, não controlam a totalidade dos circuitos do narcotráfico e das armas pesadas” (Torres Ribeiro, 2000, p. 25).

O processo de incorporação do tráfico de drogas e de armas ao território da cidade do Rio de Janeiro e sua relação com os movimentos populares nos conduz para uma reflexão que demanda a articulação das escalas de análise. O diagnóstico apresenta uma ausência de análises que sugiram articulações entre as diferenças locais, a história do país⁸ e os mecanismos globais que os compreendem. Questões que só podem ser consideradas mediante as con-

⁷ Em relação ao assunto, Souza (1995, p. 166) assim sintetiza : “ a realidade é que o tráfico de drogas, se se considerar a repartição dos lucros da escala local às escalas mais amplas nas quais ele se inscreve, e particularmente os grandes financiadores do asfalto que não arriscam a pele diretamente , consiste em um capitalismo verdadeiramente selvagem e em uma forma brutal de exploração da mão –de – obra favelada.

⁸ Pensando as redes e nós que formam o tráfico de drogas no país a partir dos anos 80, Souza(1995, p.169) atenta para “a tendência de difusão do consumo e do tráfico de drogas pelo território brasileiro”, concluindo que o “ não mais importante dessa rede é, à primeira vista, o Rio de Janeiro, mas seu alcance se amplia rapidamente: da Grande São Paulo, outro nó muito importante , até a ‘cidade- modelo’ Curitiba ...”.

junturas nas quais o país se encontrou inserido nas últimas décadas. Como explica Zaluar (1995, p.24 -5):

“o processo de democratização coincidiu com a dramática transformação na organização do crime, a qual afetou principalmente as regiões metropolitanas e, dentro delas, os bairros populares. A entrada dos cartéis colombianos e da máfia ítalo- americana ligada ao narcotráfico, particularmente, o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo que foram distribuídas entre os jovens... Os movimentos sociais foram também afetados por este novíssimo fenômeno que gerou novas dificuldades para os seus militantes”.

Nos últimos dez anos, sobretudo, a relação entre movimentos sociais urbanos e grupos criminosos vêm tornando-se um tema de interesse especial de especialistas e dos próprios movimentos populares na América Latina, que buscam entender e transformar “o processo que está se desenvolvendo nas periferias das grandes cidades, aonde se disputa um triplo jogo entre os estados, os movimentos e o crime organizado, que vem sendo ganho pelo último”(Zibechi,2006, p. 228). Os novos cenários de possibilidades, eclodidos nas últimas décadas de expressão urbana da “crise societária” que enfrentamos, serão inevitavelmente desafiados por essa questão (Torres Ribeiro, 2006). Enfrentá-la sem rodeios não significa, no entanto, a proposição de soluções ancoradas em confrontação violenta aberta por parte dos movimentos populares, nem da manutenção em longo prazo desses mesmos em condições marginais ou isoladas. Um desafio delicado para os movimentos populares urbanos, pois os já referidos guetos das grandes cidades periféricas, como os que desenham o território de Manguinhos, normalmente são regidos por um “verdadeiro estado de exceção com dois limites muito precisos: planos sociais no limite da sobrevivência, por um lado, e os narcotraficantes por outro” (Zibechi, 2006, p. 228).

O Plano de Desenvolvimento Urbanístico não explicita a participação e a influência dos movimentos populares locais na sua implementação, se restringindo apenas a identificar alguns destes movimentos. Isto implica no não reconhecimento do indivíduo e da coletividade, e sua potencialidade colaborativa, de forma a produzir processos participativos que contribuam efetivamente para mudanças nas condições de vida de uma dada localidade.

O acionamento da história no diagnóstico aparece apenas em momentos isolados, como, por exemplo, para apontar a porcentagem de 70% de moradores supostamente satisfeitos em residir no local, dado justificado pelo “longo tempo de residência” dessas pessoas e a consequente “constituição de estreitos laços de vizinhança” entre elas. Carece aqui, no entanto, de uma análise que aponte para a influência, certamente desenraizadora e desarticuladora, da violência para esses laços de vizinhanças. Problemas gritantes que parecem emudecidos pela ausência de problematização no transcorrer do diagnóstico.

As políticas de combate à violência para territórios historicamente vulnerabilizados e criminalizados, necessitam ser pensadas de forma mais ampla, abrangendo: a intensificação emergencial de investimentos em projetos públicos de educação, cultura e saúde intensivos em participação social organizada em redes sociais locais e abrangentes. Devem também planejar e estabelecer políticas de enfraquecimento das condições propícias à criminalidade, evitando colocar em risco os moradores, trabalhadores e transeuntes. A articulação desses planos, intersetoriais de ação poderá gerar efetividade na redução da violência e da criminalidade de Manguinhos, não apenas uma “política de enfrentamento” direto via ação policial ou militar. Essas são questões que o plano pouco problematiza.

Segundo o Memorial Descritivo do Complexo de Manguinhos realizado pela EMOP-Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, em 2007, este projeto (do PAC) tem como principal objetivo a estruturação sócio-territorial da região, através da implantação de um conjunto de serviços públicos e elevação da linha férrea, que se constitui como obstáculo para a comunicação entre as comunidades, “hoje impedida”. O projeto referente à linha férrea merece atenção, porque se baseia no que foi apontado de forma unilateral no PDU (2004), ao colocar que a suposta barreira territorial imposta pela linha do trem (Supervia) e seus muros “dificultam tanto a comunicação entre os lados leste e oeste das comunidades, quanto constitui uma faixa de risco no trânsito pela região, que o Plano deverá equacionar”. Não fica claro, nessa passagem, a questão de fundo, que vai justificar investimentos tão altos para a elevação de parte de uma linha férrea. É uma demanda da população de que não há comunicação entre as comunidades, ou é o suposto risco, talvez da violência do crime organizado, oferecido aos veículos que trafegam pela faixa de trânsito que acompanha a linha férrea? A área dita como conflitiva,

seria então resultado desta divisão intransponível determinada pelo traçado ferroviário, que divide a região em duas partes desconexas. Vale ressaltar que vários bairros do Rio de Janeiro são cortados por uma, às vezes duas linhas férreas, e que seguindo a lógica apontada pelo Diagnóstico, seria necessário elevar a maior parte dos cerca de 200 quilômetros de linhas férreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

É importante uma discussão mais aprofundada sobre a pertinência de uma obra desta natureza, haja vista que, não foi definida como prioridade pelos moradores locais. Como solução no PDU para amenizar essa situação será criado o parque metropolitano, a partir da elevação da linha férrea. A ideia é que este espaço público atraia principalmente os jovens, “hoje praticamente sem opções”, e que conseqüentemente serão retirados “das áreas de influências ilegais” (EMOP, pág. 67, 2007). O que também se observa neste processo de trabalho do Estado é o não reconhecimento de experiências positivas desenvolvidas por instituições locais e desqualificação do movimento popular e do lugar, ao descrever o parque metropolitano como um elemento que vai definir “uma nova forte imagem para este lugar sem identidade”.

V – Conclusão

Portanto, se faz necessário avaliar o PDU e sua concepção de território. Ao não analisar Manguinhos como construção e condição social desigual produzida historicamente, ou seja, “resultado de um longo e complexo processo histórico” (Bacelar, 2008, p.10), o PDU compromete seriamente a relevância de seu diagnóstico e, conseqüentemente, das soluções neste indicadas. O diagnóstico, inclusive, se contradiz quando, nas páginas 82 e 83, afirma que a violência na região é a maior causa do isolamento das comunidades de Manguinhos entre si, depois de passar todo o documento afirmando que o principal fator de isolamento da comunidade são as barreiras físicas representadas pela linha férrea e pela Avenida Leopoldo Bulhões. E esta violência está ligada às questões históricas, como as descritas acima. Se o isolamento foi produzido pela violência, que por sua vez foi produzida por questões históricas e sociais, certamente não será uma intervenção urbana física que acabará com o isolamento. O risco é o de se aplicar milhões de reais em uma bela obra,

que poderá não ser usada por ninguém, dado o medo da violência criminosa e policial e devido ao fato de não interessar ao crime a livre circulação na área. No limite, um novo muro pode ser construído embaixo da linha férrea pelo tráfico de drogas, da mesma forma que hoje em dia já é limitada a circulação de pessoas e veículos pelas ruas de acesso às favelas com o depósito de galhos de árvore, pedras, objetos metálicos e entulho em geral.

A solução para a integração cidadã das favelas entre si e a cidade como um todo, passa pela inclusão efetiva de sua população ao Estado de Direito. E cabe, destacadamente, aos movimentos populares locais, levar a discussão de que os moradores de favelas são cidadãos com os mesmos direitos e deveres do que os demais habitantes da cidade.

A tarefa certamente não é fácil, tendo em vista que a maioria dos políticos que controlam as intervenções do Estado, os grupos criminosos que dominam o espaço e mesmo as lideranças comunitárias que se beneficiam da atual situação têm o interesse de não transformar significativamente as relações que constroem o território de Manguinhos. Daí que seja estratégica a luta para que quaisquer recursos investidos pelas intervenções do poder público na favela tenham a contrapartida de também financiar ações estruturantes sobre iniciativas locais e populares de mobilização e construção de cidadania crítica e participativa. Porque só no momento em que o movimento social organizado for estruturado e tomado como seu pela maior parte dos moradores do lugar, poderá ter força para se contrapor a tantos atores poderosos e fortalecer sua posição frente aos poderes interessados na perpetuação das atuais condições.

Referências Bibliográficas

Abreu, 1993. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO.

Almendra e Baierl, 2002. A dinâmica perversa da violência e do medo social. Serviço Social & Sociedade, n. 72. São Paulo: Cortez; 2002

Alves, 2004. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo, Boitempo.

Bacelar, 2008. Pg.16. Le Monde Diplomatique Brasil - edição impressa. 6 de Julho, 2008.

Baierl, 2004. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. 1ª. ed. São Paulo: Editora Cortez

Boff, 1999. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. 11 Ed. Petrópolis: Ed.Vozes; 1999.

Entrevista com a Ministra Dilma Rousseff. 03 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE4B20J120081203>. Acesso em: 03/12/2008.

Fernandes, 2006. Política Urbana e Produção do Espaço em Favelas do Rio de Janeiro: a busca pelo direito à cidade.2006.344f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Júnior, Paulo Galvão. "Os debates sobre o PAC no Brasil". Artigo publicado em 13 de março de 2007. Disponível em: http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=637&Itemid=99. Acesso em: 03/12/2008.

Leite, M.(2005). Democracia e participação cidadã nas cidades: experiências dilemas e desafios. In: Cidade, cultura e Democracia participativa. Metodologia de educação política. Rio de Janeiro: FASE.

Martins J. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Ed. Vozes; 2002.

Porto-Gonçalves, C.W. (2006). A globalização da natureza e a natureza da globalização. Ed. Civilização Brasileira, São Paulo.

Souza, M.L. (1995). O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre "ordem" e "desordem". Cadernos de Geociências, n.º 13. Rio de Janeiro, IBGE, pp.161-171.

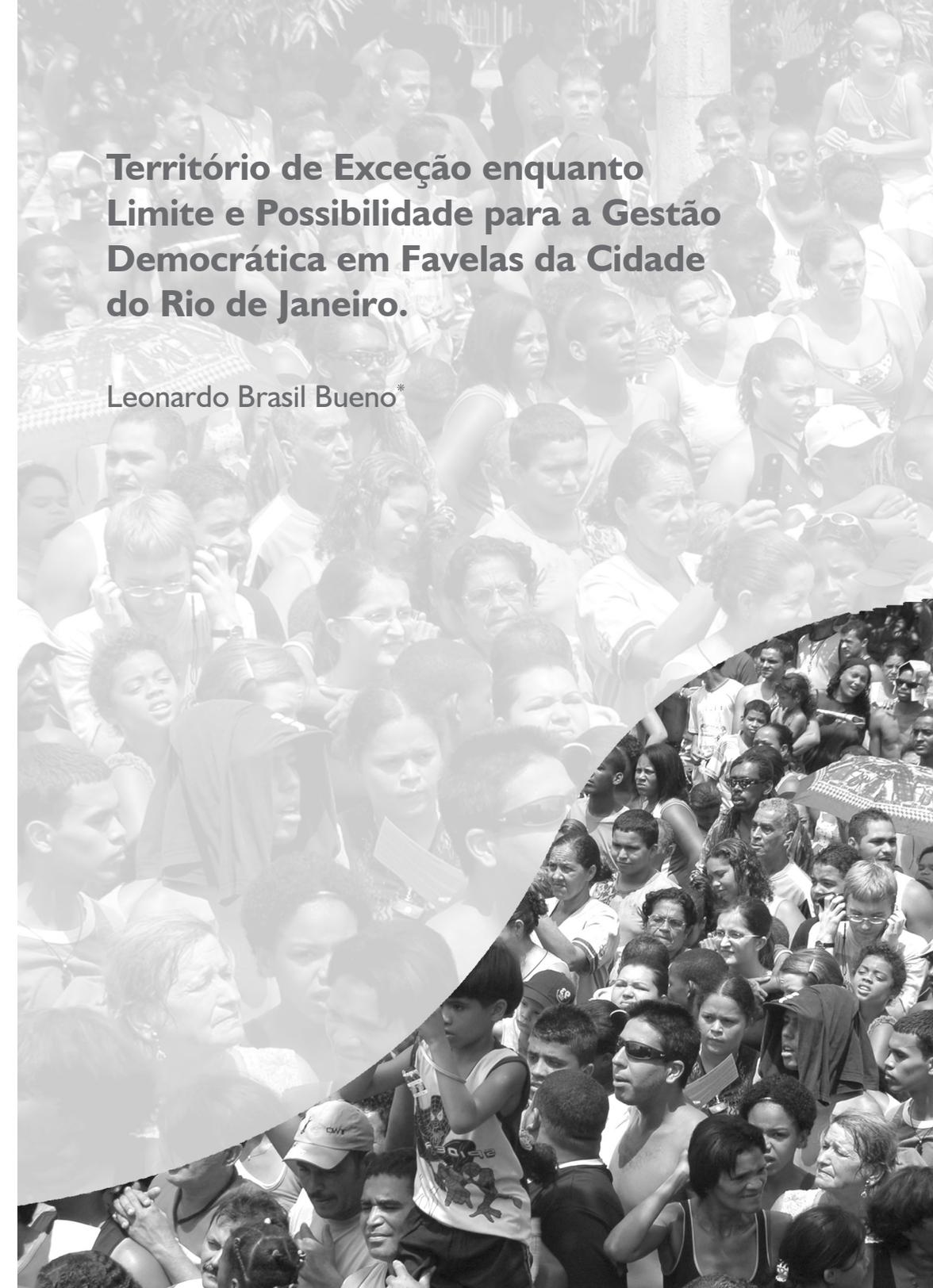
Torres Ribeiro, A.C (2005). Outros territórios, outros mapas. In: Revista OSAL , N° 16 / Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina - Territorio y movimientos sociales.. Buenos Aires: CLACSO.

Silva, 2004. Trajetória dos Movimentos Populares Urbanos: o caso de Recife. FASE/ Recife,

Zaluar,2004. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Zaluar,1995. O Medo e os Movimentos Sociais. Proposta - Revista da FASE, Rio de Janeiro,n.66,p.24-32 1995.

Zibechi, 2006. Pg.15 Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafios inéditos. IN:Revista Osal, n° 21. Buenos Aires: CLACSO, 2006



**Território de Exceção enquanto
Limite e Possibilidade para a Gestão
Democrática em Favelas da Cidade
do Rio de Janeiro.**

Leonardo Brasil Bueno*

Território de Exceção enquanto Limite e Possibilidade para a Gestão Democrática em Favelas da Cidade do Rio de Janeiro.

Leonardo Brasil Bueno*

Resumo

A combinação entre restrições materiais essenciais, implementação de políticas públicas caracterizadas por paternalismo e criminalização do território, e violência exercida por instituições dotadas de amplo instrumental bélico marca diretamente as favelas da cidade, entendidas aqui enquanto “territórios de exceção”. A categoria política “território de exceção” adquire importância, pois afirma as condições singulares e restritivas enfrentadas pelas táticas e estratégias contra-hegemônicas nos territórios de favela da cidade do Rio de Janeiro. A consolidação e a legitimação de territórios de exceção na cidade significa uma afronta radical à liberdade coletiva/individual das pessoas que ali residem. Significa a condição limite para a participação popular e a impossibilidade da territorialização ampliada de propostas emancipatórias e de gestão participativa em políticas públicas nestes espaços. Em última instância, representa a negação das condições fundamentais para a gestão democrática da cidade.

Palavras-chave

Violência; território de exceção; participação popular.

* O presente artigo contou com a co-autoria de Daniel Soares, Fernando Luis Soares, Carla Moura Lima, Elisabeth Campos, Michelle Oliveira, Rosane Souza, José Leonídio Madureira de Sousa Santos.

As favelas da cidade do Rio de Janeiro enquanto territórios de exceção em um contexto de medo generalizado

A cidade do Rio de Janeiro pode ser representada historicamente como um espaço de (re)produção incessante de iniquidade e desigualdade social, alimentada pela disseminação da violência. Neste contexto, para a maioria de sua população ser pobre sempre foi “estar exposto a riscos específicos e aumentados”¹. A perpetuação das variadas formas de violência social que acompanham a cidade desde sua origem é, porém, significativamente potencializada a partir da década de 80, quando a um contexto de alastramento da pobreza e do desemprego soma-se uma proliferação do tráfico de armas de fogo e da organização de grupos criminosos, necessária à escala que estas atividades ilícitas alcançaram. Como exemplo dessa proliferação, nesta década, podemos apontar o destaque da cidade dentro da tendência nacional - nas grandes capitais das regiões metropolitanas - de aumento de óbitos causados por armas de fogo²:

Em 1980 foram notificadas 2.515 mortes nas capitais das Regiões Metropolitanas envolvendo armas de fogo, o que representava 14,5% dos 17.305 óbitos por causas externas. Em 1989 houve 6.265 mortes por este meio, significando 26% dos 24.095 óbitos por violência. As capitais onde este crescimento foi mais intenso são, pela ordem, o Rio de Janeiro, que passou de 28,5% (mortes por armas de fogo), em 1980, para 46,8%, em 1989; Recife, onde a proporção se elevou de 19,7% para 38,2%; Salvador, que saltou de 7,2% para 23,5%; e Porto Alegre, que subiu de 11,1% para 26,4%” (Minayo, 1994, p. 6)

Torna-se relevante acrescentarmos a este contexto um entendimento de que as informações e dados relativos à “criminalidade violenta” no território da cidade são, em sua grande maioria, imprecisos ou desqualificados, uma vez que as instituições tratam os dados como de domínio privado e não de acesso público à sociedade³ (Minayo, 2001).

¹ Lessa (2000, p.292). O Rio de todos os Brasis : uma reflexão em busca de auto-estima

² Em relação a estes números, Minayo oportunamente ressalva que “as indicações acima, que serão amplamente analisadas no conjunto de textos deste número temático, padecem de um problema crônico específico da mortalidade por violência, além de todos os outros já assinalados: a subnotificação. Por envolver aspectos conflitivos nas relações sociais entre beligerantes, bem como implicações legais relacionadas às informações policiais e médicas, uma grande parte dos dados cai num buraco negro de “outras violências” ou “lesões que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas”. Uma parcela não-desprezível dos homicídios, porém, não é nem mesmo notificada, sobretudo nos casos de extermínio, onde desaparecem, sem vestígios dos corpos, as vítimas fatais.

³ De fundamental importância, entretanto, é a compreensão de que os números brutos referentes à criminalidade violenta devem ser relativizados, não somente pela sua falta de confiabilidade e deficiência de divulgação pública, mas porque não problematizam o que efetivamente há, nestes dados, de “violência criminalizada” e de “violência socialmente legitimada” (normalmente excluída dos dados referente a criminalidade violenta e das análises realizadas com base nestes mesmos).

A “criminalidade violenta” certamente não se manifesta de maneira homogênea no território da cidade do Rio de Janeiro. Como explicam estudiosos do tema (Souza, 2008; Campos, 2005; Torres Ribeiro, 2000; Cano, 1997), as parcelas mais pobres da população residentes em favelas são efetivamente mais vulneráveis a níveis extremos de violência - homicídios e torturas, destacadamente- do que pessoas de classe média e elites residentes nos espaços mais abastados e providos de uma quantidade/qualidade maior de serviços públicos da cidade. Além disso, a repressão violenta em favelas por parte de forças coercitivas oficiais do Estado- policiais e militares - tende a ser legitimada por representações sociais que atribuem a estes espaços o epicentro de todas as formas de violência da cidade, limitando significativamente nosso olhar para as múltiplas escalas geográficas que envolvem a questão. Estas escalas compreendem também espaços além dos limites territoriais jurídicos da cidade, seja pensando na dimensão nacional, quanto internacional do processo:

1. Pensando as redes e nós que formam o tráfico de drogas no país a partir dos anos 80, Souza(1995, p.169) atenta para “a tendência de difusão do consumo e do tráfico de drogas pelo território brasileiro”, concluindo que o “ nó mais importante dessa rede é, à primeira vista, o Rio de Janeiro, mas seu alcance se amplia rapidamente: da Grande São Paulo, outro nó muito importante , até a ‘cidade- modelo’ Curitiba ...”.
2. Zaluar sintetiza o momento histórico de crescimento e proliferação da criminalidade no país em sua relação com o mercado internacional quando explica: “o processo de democratização coincidiu com a dramática transformação na organização do crime, a qual afetou principalmente as regiões metropolitanas e, dentro delas, os bairros populares. A entrada dos cartéis colombianos e da máfia ítalo- americana ligadas ao narcotráfico, particularmente, o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo que foram distribuídas entre os jovens traficantes (...). Os movimentos sociais foram também afetados por este novíssimo fenômeno que gerou novas dificuldades para os seus militantes”. (Zaluar, 1995)

A militarização ampliada da (in)segurança e da questão urbana produz a conformação de um estado de medo generalizado(Souza,2008). Esta dinâmica insere-se no contexto das principais iniquidades produzidas pela nossa sociedade, interferindo diretamente na qualidade de vida e produzindo o adoeci-

mento de milhões de pessoas. O geógrafo Marcelo Lopes de Souza chega a representar o espaço urbano sob estas condições enquanto uma “fobópole”:

“Uma fobópole é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança (Souza,2008, p.40)”.

O entendimento da caracterização de um estado de “medo generalizado” para o contexto da cidade certamente requer as necessárias qualificações para o uso do conceito. Faz-se sempre relevante ressaltarmos que o medo nos territórios favelizados da cidade tende a surgir de ameaças iminentes, muito mais frequentemente confirmadas em concretude nesses espaços do que nos demais lugares da cidade. Entretanto, a disseminação e a banalização da violência e de seu imaginário atingem patamares tão elevados que possibilitam afirmar a existência de uma produção generalizada de insegurança e medo por toda a cidade, ainda que “muitas vezes” este se manifeste como percepção descolada “em parte da incidência objetiva de crimes violentos”(Souza,2008, p.54). Como afirma Souza(2008,p.58):

“Um medo generalizado, ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor de pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência), toma conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana”.

Nessa difícil dinâmica, cada vez mais acirrada em suas iniquidades e desigualdades, a favela configura o espaço - histórico e desigual – destacado da combinação das mais distintas formas de violência da cidade, apresentando características que nos permitem representá-lo enquanto território de exceção, onde efetivamente existe a exclusão de direitos civis e sociais para a maioria de seus moradores. Nos momentos de conflitos mais intensos entre facções criminosas, e destas com os aparatos policiais e militares oficiais do Estado, essa ausência de direitos aparece de modo parcial para o restante da cidade, normalmente através da mídia e sua tendência sensacionalista, elitista e apologética de ações policiais violentas. No entanto, essas representações escondem ou deixam de analisar prioritariamente a origem e situação da violência social territorializada que marca diretamente o cotidiano da grande maioria de moradores sem relação com nenhuma forma de criminalidade nestes espaços.

As favelas da cidade do Rio de Janeiro vivem um estado de exceção, não declarado legalmente, mas territorializado no cotidiano de seus moradores e trabalhadores. Além do histórico desrespeito aos direitos essenciais para a sobrevivência e reprodução social – via degradação do ambiente e privação de serviços públicos básicos –, as favelas da cidade sofrem explicitamente formas cotidianas de supressão de direitos civis e políticos. Como o próprio presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Roberto Wider, afirmou:

“O Rio não vive um estado de exceção, mas um estado de direitos, onde existem problemas sociais que não são de hoje, vêm de longa data, e estamos sempre lutando por essas comunidades carentes que se vêem dominadas pelo narcotráfico e, agora, pelas milícias também”.(O Globo Online, 28/07/08).

A afirmação do presidente do TRE/RJ nega a existência de um estado de exceção na cidade, porém admite a ausência de exercício pleno de direitos em determinados territórios. Há, entretanto, uma questão omitida na fala de Wider, pois a restrição de direitos civis e políticos não é somente decorrência do controle e uso do espaço por facções do narcotráfico e de milícias, mas também pela ação policial oficial nesses territórios. Ação sempre orientada por uma representação que criminaliza favela e periferia e aponta para a “lógica do enfrentamento” de territórios inimigos.

A Constituição vigente do país, em seu artigo 5º, que trata dos direitos civis dos cidadãos, torna-se praticamente letra morta nos territórios de exceção das favelas. Ignora-se diariamente a garantia jurídica a todos de tratamento igual perante a lei, sem distinções. O cotidiano nesses territórios também nega, sistematicamente, a fundação das bases de um Estado de Direito que incluiria a inviolabilidade do lar e garantia de um julgamento justo.

A Constituição Federal prevê em seu texto a possibilidade de suspensão temporária e justificada de parte dos direitos civis, nas declarações do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, conforme os artigos 136 a 141⁴ do texto

⁴ O artigo 136, em seu caput, trata da declaração do Estado de Defesa: “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.” O decreto presidencial que estabeleceria tal estado deve ser encaminhado para apreciação do Congresso Nacional num prazo de vinte e quatro horas, que deve aprová-lo por maioria absoluta em um prazo de dez dias contados a partir de seu recebimento. Caso contrário, o decreto perderá a validade. A Constituição prevê que no território de vigência do Estado de Defesa haverá restrições dos direitos de i) reunião, ainda que exercida no seio das associações; ii) sigilo de correspondência; iii) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica. O prazo de vigência deste dispositivo é de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

constitucional. A única maneira de se adotar legalmente no Brasil quaisquer medidas de exceção ao pleno exercício do Estado de Direito Democrático é a sequência de medidas elencadas nestes artigos, que exigem uma série de mecanismos de controle e transparência. Desta forma, a atuação do Estado brasileiro no território das favelas é inconstitucional, na medida em que não apenas desrespeita diretamente os direitos civis previstos no artigo 5º da CF através de seu aparato repressivo, indo muito além de qualquer medida de exceção prevista pela CF, que não prevê em hipótese alguma o relaxamento do direito à vida, como deixa de garanti-los, ao não combater estes mesmos desrespeitos quando perpetrados por grupos armados ilegais que exercem o controle direto do território, muitas vezes com a anuência do aparato repressivo estatal. Este flagrante desrespeito à Constituição se reproduz e se perpetua sob a indiferença das elites da sociedade, que se reflete diretamente na indiferença dos governantes, que não apenas ignoram a barbárie das violências cometidas dentro dos territórios de favela, como a naturaliza e mesmo glorifica. Referindo a condição atual das classes subalternas na cidade do Rio de Janeiro, Leite(2005, p.43) afirma

“... a condição de subcidadania desses segmentos populacionais [classes subalternas] não deriva apenas da impossibilidade do acesso a bens e serviços que o Estado não garante ou não realiza de forma parcial e limitada, mas do fato de que sua modalidade de acesso(precário) à cidade ocorre sob o controle e a mediação do poder despótico de quadrilhas do tráfico de drogas sediadas nesses territórios e/ou segundo o arbítrio das forças de segurança pública que usualmente transita do abuso policial à criminalização dos moradores e de sua ação coletiva”.

Até mesmo em uma perspectiva conservadora de respeito aos direitos individuais à vida, à integridade física, à Justiça, à Proteção Penal, entre outros, percebemos uma situação de ‘subnormalidade’ que revela, ao menos nas favelas, um estado de exceção, não-declarado oficialmente, mas territorializado. A institucionalização da violência, no entanto, estende, de forma sistêmica, os limites desse estado a toda sua circunscrição. Não é possível segregar, confinar e apartar de forma absoluta a favela da cidade. A progressão da tecnologia bélica, agravada pela concentração de recursos nos setores de Segurança Pública, adquiriu uma escala que incorpora toda a cidade em uma dinâmica desigual e combinada em que diferentes formas de amedrontamento e violências também correspondem a um estado de medo generalizado.

Criminalização do território de favela

Há, porém, necessidade de problematização quando nos referirmos aos processos de criminalização historicamente estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro. Requer-se uma diferenciação entre os processos de criminalização dos pobres na cidade - forma referida as favelas e para além desses espaços - e de criminalização do território de favela, ou como nos referimos aqui de “territórios de exceção”. Ainda que os dois processos sejam indissociáveis e igualmente signifiquem a impossibilidade de construção de uma cidade efetivamente democrática, necessitam de diferenciação socioespacial. O primeiro processo objetiva legitimar a violência simbólica e material contra os pobres na cidade, sem restringir-se aos pobres que vivem em favelas. A forma mais comum deste processo de criminalização parte da escala do corpo, com estigmas e representações referentes à condição econômica e não raro também submetidas a argumentações racistas. Objetiva, habitualmente, legitimar a concreta e direta violência policial contra os mais pobres e ratificar a condição de subcidadania desses.

O segundo processo, destacado em nossas análises, consiste em uma criminalização do território de favela amplamente legitimada pelo setor formal da economia, pelo Estado e pela mídia, com pequenas variações de construção e proposição, mas com diagnósticos igualmente intimidadores e restritivos à liberdade- individual e coletiva- dos moradores de favelas da cidade. Resulta destacadamente em concreta violência policial e de facções criminosas contra os mais pobres, mas ocorre de maneira extremamente intensificada em suas dimensões armadas de conflito e circunscrita ao território de favelas. Estas ações são pautadas pelo princípio do combate ao território de favela e põe em risco iminente de morte, lesões físicas e sequelas emocionais qualquer pessoa que se situe naquela delimitação espacial. A criminalização do território de favelas na cidade do Rio de Janeiro legitima a permanência da favela enquanto território de exceção.

As possibilidades de construção política solidária e emancipatória presentes nesses territórios e nos projetos contidos em seus moradores, apenas podem desenvolver-se caso sejam impulsionadas por políticas que se territorializem a partir de perspectivas críticas e participativas, distanciadas da criminalização ou do paternalismo, historicamente dominantes nas políticas públicas implementadas em favelas na cidade do Rio de Janeiro

Território de exceção enquanto limite e possibilidade para uma gestão efetivamente democrática de políticas públicas da cidade.

Torna-se relevante destacarmos como surge a categoria “território de exceção”. Surge, fundamentalmente, enquanto uma categoria política oriunda de movimentos populares situados em favelas da cidade do Rio de Janeiro e de organizações políticas que priorizam o trabalho de assessoria e apoio a esses movimentos. Como categoria política, adquire valor imprescindível, pois afirma as condições singulares e restritivas enfrentadas pelas táticas e estratégias contra-hegemônicas nos territórios de favela da cidade do Rio de Janeiro. As diferentes escalas de controle social- via coerção e cooptação- a que são submetidos os movimentos populares e lideranças comunitárias nas favelas da cidade obrigam o entendimento das condições singulares desses “territórios de exceção”. Portanto, a categoria política contém um caráter de denúncia inerente a sua origem, mas não restringe-se a tal caráter, pois possui também relevância para nortear a territorialização de projetos e proposições contra-hegemônicas.

Não é incomum ouvir, pela voz de lideranças comunitárias e militantes de movimentos sociais em favelas, a expressão “estar sempre no olho no furacão” como referência à condição para a ação política em territórios de exceção. A expressão costuma se referir às condições excepcionais de relação de poder e de violência territorializadas que expõem movimentos populares, movimentos sociais e lideranças comunitárias a diversos riscos no cotidiano de seus trabalhos em favelas. As ações de socialização segundo uma perspectiva solidária e participativa, direcionadas para trabalhos horizontais e coletivamente construídos, tendem a serem fragmentadas ou mesmo impossibilitadas em sua origem pelo controle do território exercido por facções criminosas⁵ e suas formas economicamente privatistas e político-culturalmente arbitrárias de produção do espaço.

Os projetos com objetivo emancipatório, norteados pela democratização da informação, pela formação política crítica e com finalidade de distribuição de

⁵ Facções que são certamente também produtos históricos da maneira socialmente desigual pela qual o Estado - suas esferas oficiais de atuação- e o mercado se estabeleceram no território da cidade do Rio de Janeiro.

renda encontram diferentes dificuldades que variam de falta de financiamento público até ausência de espaço (ou de espaço seguro⁶) para sua efetiva territorialização. Não é raro ouvir de moradores de favelas envolvidos com estes projetos a afirmação de que buscam motivação e vontade para continuar seus trabalhos “apesar do jeito que a polícia nos trata”, ou que “o Estado não respeita a gente que mora na favela”, ou ainda que realizam suas ações apenas quando “o poder local permite que elas aconteçam na comunidade”.

Os projetos dessa natureza sofrem restrições simbólicas e materiais nas mais variadas formas, em espaço “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” singulares (Souza, 2000, p.78). Além dos direitos essenciais à vida, como alimentação, habitação e saneamento básico, os moradores sofrem com estigmas e julgamentos que eliminam, na maioria das vezes, perspectivas de médio e longo prazo de desenvolvimento social.

Das condições excepcionais de vida em territórios de exceção surgem também ações excepcionais e criativas de solidariedade protagonizadas por pessoas que vivem a favela. O grande desafio reside na passagem destas ações para uma escala geográfica mais ampla e emancipatória, superando as escalas locais bastante restritas e a fragmentação territorial nas quais encontram-se limitadas ou aprisionadas. Desafio que passa prioritariamente pela criação de condições territorializadas para políticas públicas que garantam efetivamente o amplo conteúdo enunciado⁷ no artigo 2º, inciso II, do Estatuto da Cidade (LEI 10.275/2001):

“Gestão democrática por meio de participação da população e associações representativas dos diversos segmentos da comunidade na **formulação, execução e acompanhamentos** de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”

⁶ Neste sentido, o artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XVI e IX, soa como utopia improvável e distante da realidade estabelecida em territórios de favela da cidade do Rio de Janeiro: “XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;(…) IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

⁷ No tocante a participação popular, o Estatuto de 2001 certamente apresenta ganhos em termos de regulamentação, mas cabe destacar que seu caráter ,na sua maior parte, consultivo e por vezes de conteúdo vago não tem garantido êxito no uso por movimentos populares na cidade. Souza(2006, p.220) explica que é possível “concordar em que o Estatuto foi um avanço, enquanto marco jurídico formal. Contudo, é forçoso reconhecer que ele é bastante vago em quase todas as passagens em que se menciona a participação. A maneira como o Estatuto a esta se refere é, quase sempre, ou indefinida – admitindo-se uma interpretação que privilegie , a depender da Prefeitura, um processo deliberativo ou meramente consultivo-, ou então a tônica é claramente consultiva . Passagens de caráter indefinido ou ambíguo são, como se pode verificar: Art. 2º, inciso II; Art. 4º, inciso III, alínea f; Art.33, inciso VII;Art. 43, inciso I; Art.44; Art.45. Nitidamente deliberativo, somente o artigo 4º, inciso V..., e o Art.43, inciso IV. Note-se que na referida lei[LEI 10.257/2001] há uma forte redundância entre vários dos artigos que mencionam a participação. Muito melhor teria sido uma menção em um número menor de artigos - sem prejuízo da extensão temática- mas, em contrapartida, mais minuciosa e mais ousada”.

Conclui-se, entretanto, que a tendência em territórios de exceção na cidade é a de desrespeito ao inciso citado.

As políticas públicas para favelas, dominantes nos últimos quinze anos na cidade do Rio de Janeiro, apontam como questões centrais: “o atendimento às carências sociais” e “a retomada do monopólio da força pelo Estado”. A primeira questão restringe o território de favela ao âmbito da necessidade – dimensão material e não raro insuficiente para propiciar condições biológicas de sobrevivência em favelas -, confundida com carência – relativa a dimensão subjetiva da produção social do espaço. A dissociação não problematizada entre necessidade e carência reforça a representação restrita e ideológica da favela enquanto território de ausência – não somente de condições materiais para a garantia da vida humana, mas também ausência de imaginação, criação social e inovação. Pensadas estritamente pela ausência, as políticas públicas em favelas perdem de vista as contradições do processo social. Enquanto “zonas de anomia [ausência de leis, de normas e de regras de organização]”⁸, às favelas continuam representadas enquanto objeto a ser imposto uma ordem inteiramente externa, normalmente via combate e coerção:

“O não reconhecimento da favela e do morador enquanto sujeito e nem indivíduo justifica a execução, a morte”⁹.

A segunda questão, referente à “retomada do monopólio da força pelo Estado” perde de perspectiva que a força do Estado é, através de seus aparatos coercitivos oficiais, historicamente, a principal fonte de arbitrariedade e violência direta contra o morador de favela, ainda que as facções criminosas também exerçam este papel, e habitualmente de maneira cruel e arbitrária.

As possibilidades de construção política solidária e emancipatória presentes nesses territórios e nos projetos contidos em seus moradores apenas podem desenvolver-se caso sejam impulsionadas por políticas territorializadas a partir de perspectivas críticas e participativas, confrontadoras do paternalismo e da criminalização, historicamente dominantes na implementação de políticas públicas em favelas da cidade do Rio de Janeiro.

⁸ Fala do Ministro da Justiça, Tarso Genro, em entrevista retirada do sítio josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2007-05-27_2007-06-02.

⁹ Fala do geógrafo Andreilino Campos em reunião do Fórum do Movimento Social de Manginhos, realizada no dia 17/03/09.

Considerações finais

A combinação entre restrições materiais essenciais, implementação de políticas públicas caracterizadas por paternalismo e criminalização do território, e violência exercida por instituições dotadas de amplo instrumental bélico marca diretamente as favelas da cidade, entendidas aqui enquanto “territórios de exceção”. Marca as formas do território, com a imposição de obstáculos físicos construídos por grupos criminosos, remoções forçadas por ação policial e por outras variações de apropriação arbitrária das formas herdadas dos territórios favelizados; marca o corpo das pessoas pela violência direta que mutila, mata, além de deixar sequelas emocionais e mentais muitas vezes irreparáveis.

A consolidação e a legitimação de territórios de exceção na cidade significa uma afronta radical à liberdade coletiva/individual das pessoas que ali residem. Significa a condição limite para a participação popular e a impossibilidade da territorialização ampliada de propostas emancipatórias e de gestão participativa em políticas públicas nestes espaços. Em última instância, representa a negação das condições fundamentais para a gestão democrática da cidade.

Referências bibliográficas

Campos, A (2005). Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Cano. I.(1997). Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER.

Leite, M.(2005). Democracia e participação cidadã nas cidades: experiências dilemas e desafios. In: Cidade, cultura e Democracia participativa. Metodologia de educação política. Rio de Janeiro: FASE.

Lessa, C. (2000). O Rio de todos os Brasis : uma reflexão em busca de auto-estima.

Ribeiro, A.C.(2000). Faces ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismos. In: Ribeiro, A.C.(org.). Repensando a Experiência Urbana da América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO.

Santos, M. e Silveira, M. (2001). O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

Souza, M.L. (1995). O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. Cadernos de Geociências, n.º 13. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 161-171.

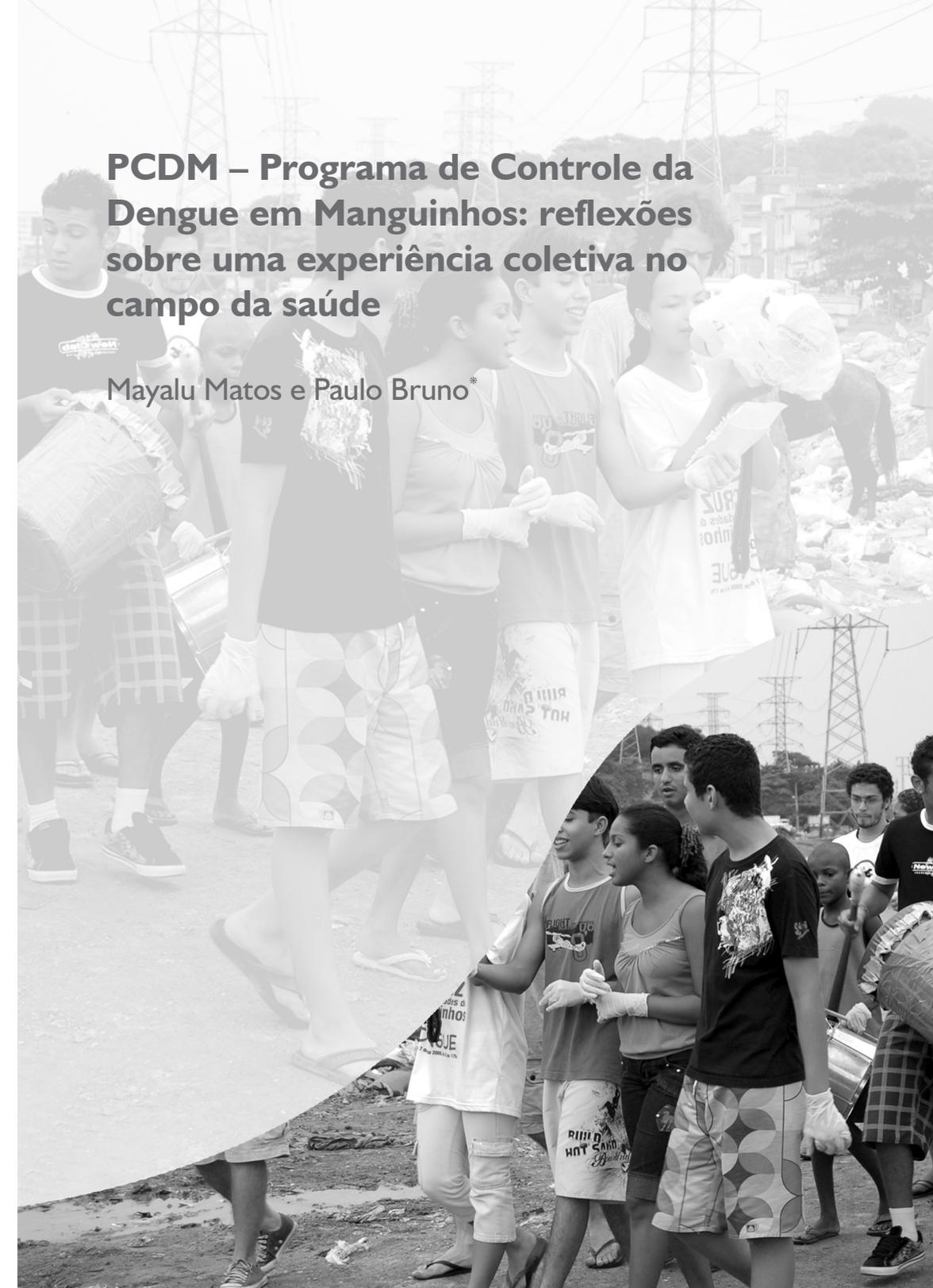
Souza, M.L. (2000). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.(org.). Geografia: conceitos e temas, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Souza, M.L.(2006). A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M.L. (2008). Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Minayo, C.(1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf

Zaluar, A. (1995). O Medo e os Movimentos Sociais. Proposta - revista da FASE. Rio de Janeiro: n.66, p. 24-32.



PCDM – Programa de Controle da Dengue em Manguinhos: reflexões sobre uma experiência coletiva no campo da saúde

Mayalu Matos e Paulo Bruno*

PCDM – Programa de Controle da Dengue em Manguinhos: reflexões sobre uma experiência coletiva no campo da saúde

Mayalu Matos e Paulo Bruno*

Resumo

A experiência do Programa de Controle da Dengue em Manguinhos tem como prioridade o trabalho com participação comunitária no território. Conclui-se ser fundamental a formação de moradores de Manguinhos voltada para a produção e a gestão das informações sobre dengue no território para o controle dessa arbovirose.

Palavras-chave

Programa de Controle da Dengue em Manguinhos; participação comunitária; território.

Localizado na região norte do município do Rio de Janeiro, o bairro de Manguinhos possui uma área de 261,84 aonde a rua Leopoldo Bulhões, a Avenida dos Democráticos e Linha Amarela, os rios Faria Timbó, Jacaré e Canal do Cunha e o campus da Fiocruz são referências importantes. A população total que habita o bairro aproxima-se de 38.000 mil pessoas e é composta majoritariamente por trabalhadores assalariados, subempregados e/ou desempregados.

* O presente artigo contou com a co-autoria de Cristina Barros, Elizabeth Campos e Nildimar Honório.

Nas comunidades de Manguinhos – identificadas como favelas¹ – observa-se alta concentração de habitantes, precárias condições de saneamento e de abastecimento de água, deficiência de serviços públicos que deveriam ser oferecidos de forma regular e com qualidade, enfim, condições determinantes no desenvolvimento de diversos processos de saúde-doença.

A precariedade das condições de vida em Manguinhos, ainda no final da década de 1980, tinha como consequência, entre outras, um coeficiente de mortalidade infantil correspondente a 49 por mil nascidos vivos, que era dos mais elevados da cidade do Rio de Janeiro, prevalecendo, entre os casos de óbitos infantis, as diarreias e infecções respiratórias (Silva et al., 1987 apud Batista Filho et al., 1992).

Mais recentemente a situação desse território leva autores como Bodstein et al (2004, 596) a afirmarem que

“ (...) Manguinhos, como as demais áreas de população favelada da cidade do Rio de Janeiro, concentra os principais problemas relacionados à insuficiência de renda e péssima qualidade de serviços públicos em setores tais, como, educação, saúde, infra-estrutura urbana, cultura, lazer e segurança pública.”

Entretanto, é importante ressaltar que essa região, para além das iniquidades mencionadas, inclui territórios nos quais se vive num estado de guerra civil não declarado², onde o Estado Democrático de Direito³ não se efetiva. Nessa situação de violência institucionalizada o poder público faz-se presente, em grande medida, na implementação da (in) Segurança Pública, em prejuízo das demais atribuições do Estado.

A reduzida quantidade de estudos e publicações relacionados aos efeitos psicopatológicos da violência e do medo generalizado (Souza, 2008; 40) impedem de estabelecer correlações mais consistentes entre ao “clima social” em Manguinhos e determinados aspectos da saúde da sua população.

¹ Trindade, Costa, Fernandes (2008; 2-3) fazem uma interessante discussão sobre o emprego do termo.

² De acordo com Souza (2008; 27-8) o uso da expressão “guerra civil” como referência ao “clima social” e à violência urbana que caracterizam metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro remete-nos ao fim da década de 1980 e ao começo da seguinte. Para esse autor há indícios de que tal uso não corresponda apenas a uma estratégia jornalística sensacionalista e que, infelizmente, tenha fundamentos prático e conceitual.

³ Cf. Tanure RJ. Estado democrático de direito e estado liberal de direito. Disponível em <http://www.escriptorioonline.com/webnews/noticia.php?id_noticia=4191&>. Acesso em 19/11/2009.

Entretanto, podemos afirmar que a ausência de políticas adequadas do Estado nesse território tem correspondência com a intensa poluição dos seus rios, com a precariedade das moradias, do saneamento, do abastecimento e drenagem de água e com a insuficiência dos equipamentos educacionais, culturais e de saúde. Nesse contexto, é possível inferir que as condições socioambientais de Manguinhos facilitam o aumento da disponibilidade de criadouros do *Ae. aegypti*, vetor responsável pela disseminação da dengue, atualmente considerado a mais importante arbovirose transmitida por mosquitos ao homem, no que diz respeito tanto à morbidade à mortalidade (Gubler, 1998).⁴

Cumprir destacar que a distribuição de *Ae. aegypti* varia de acordo com modificações ambientais resultantes das atividades humanas, a densidade demográfica e as condições climáticas (Kuno, 1995; Alto & Juliano 2001, Honório et al. 2009). Por outro lado, a precipitação pluviométrica influi principalmente na densidade de criadouros devido ao aumento de recipientes artificiais e naturais com acúmulo de água no espaço extradomiciliar, nos períodos e locais com mais frequência e intensidade de chuvas (Glasser & Gomes 2002; Honório & Lourenço-de-Oliveira 2001).

Dessa forma, a questão ecológica está diretamente relacionada com a incidência da dengue nesse território. Relação que ficou evidente durante a última epidemia ocorrida no Rio de Janeiro (2007/8), na qual Manguinhos teve um alto índice de casos dessa doença e apresentou taxas de incidência em 6,1 vezes mais elevadas que no Leblon entre os meses de Janeiro a Abril (PCRJ, 2008), bairro onde predominam melhores condições sócio-ambientais e econômicas.

Apesar do esforço de instituições públicas como a FIOCRUZ, no sentido de contribuir para a implementação de ações de atenção à saúde da população de Manguinhos há, ainda, muito por fazer, principalmente no que diz respeito à promoção da saúde, à superação das iniquidades sociais e à redução de fatores que determinam negativamente a saúde da população.

⁴ A própria OPAS, em documento publicado em 2001, associa a incidência do dengue à falta de saneamento nos domicílios (Augusto et al, 2005, 126)

Participação comunitária: origem do PCDM

Durante uma reunião do Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos – FMSDES, moradores, líderes comunitários e organizações sociais solicitaram apoio da FIOCRUZ no combate à dengue nas comunidades do entorno da instituição. A partir de então, várias ações convergiram para o “Dia D de Mobilização Contra a Dengue em Manguinhos” (abril, 2008), quando cerca de 200 atores sociais formaram 14 “brigadas” para o controle da dengue e desenvolveram ações de busca ao vetor, disseminação de informações e mobilização da população.

Tal iniciativa contou com a participação de líderes comunitários e moradores das comunidades do Complexo de Manguinhos, assim como de profissionais de diferentes unidades da Fiocruz e de outras instituições locais, tais como: Rede CCAP, equipes do PSF/CSEGSF/ENSP, Coordenação de Projetos Sociais da Presidência (atual Coordenadoria de Cooperação Social), Bio-Manguinhos, ENSP, Dirac/Uadema, IOC, SMS, SES, Comlurb, dentre outros. Em reuniões que se seguiram ao “Dia D” construiu-se um Plano de Mobilização Social e Educação Permanente que previa ações baseadas nos seguintes eixos:

1. Diagnóstico socioambiental local;
2. Ações continuadas para a redução da dengue;
3. Formação continuada de agentes sociais locais.

Nesse contexto, foi criado o Grupo de Ações Contínuas contra a Dengue, que posteriormente transformar-se-ia no Programa de Controle da Dengue em Manguinhos – PCDM. Esse Programa caracteriza-se como uma coletividade em ação territorializada, que é integrada por pessoas com compromisso permanente para o controle da dengue, organizadas numa coordenação colegiada que, através da convergência de saberes científicos e populares, busca construir conhecimentos e estratégias em defesa da saúde pública, do bem-estar e do pleno exercício da cidadania dos habitantes de Manguinhos.

Podemos apontar que as ações preventivas relativas à dengue no território de Manguinhos devem ter um caráter sistêmico e complexo e, sobretudo, considerar três estratégias da Promoção da Saúde: a educação em saúde, a mobi-

lização social e o empoderamento dos atores sociais locais. Por conseguinte, tais ações devem enfatizar a difusão de informações em saúde vinculadas aos seus determinantes sociais (Buss & Pellegrini, 2007), com o objetivo de garantir a sustentabilidade das estratégias de prevenção à dengue.

Mobilização Social e intersectorialidade

No desenvolvimento desses processos sociocomunitários foram criadas metodologias que sustentam a construção compartilhada do saber sobre dengue no território. A construção dialógica dessas metodologias favorece a difusão de informações sobre dengue e o seu vetor; subsidiam a formação de atores sociais com atuação no território de Manguinhos e estimulam a produção de conhecimentos sobre a dengue em escolas públicas locais.

A construção e difusão desses saberes se verificam mediante Cursos de Mobilização Social no Controle da Dengue, Oficinas de Educação e Mobilização Social em Saúde e Saneamento, Ações de Mobilização nas Escolas, Curso de Qualificação de Promotores de Saúde Ambiental e as Oficinas “Os Pequenos Mosquiteiros”, voltadas para crianças do local.

Todo esse processo gera informações que possibilitam a construção de um diagnóstico socioambiental local, fruto da participação dos alunos nos cursos e oficinas e da aplicação de questionários nas escolas. Essas informações vêm sendo armazenadas num banco de dados que brevemente será disponibilizado ao público, com o objetivo de proporcionar a replicação das metodologias utilizadas e a troca de saberes com outros grupos.

Além de trabalhar com a formação e mobilização comunitária, o PCDM considera fundamental a articulação intersectorial e, em função disso, tem envolvido representantes de instituições públicas tais como as Secretarias, Municipal e Estadual de Saúde e Defesa Civil em ações para controle da dengue no território de Manguinhos.

É importante salientar que no município do Rio de Janeiro, a existência de territórios dominados por grupos armados, muitas vezes dificulta ou, até mesmo, impede a entrada de agentes de endemias em muitas comunidades, o que

talvez seja um dos maiores desafios a serem superados. Tais características, também presentes em Manguinhos, resultaram num prolongado afastamento dos agentes de controle de endemias neste local.

Nesse cenário, a articulação feita através do PCDM, juntamente com o Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria e moradores e lideranças locais, tem possibilitado a reinserção dos agentes de endemias nesse território.

Considerações finais

Acreditamos que algumas questões devem ser observadas no processo de mobilização social para o controle da dengue. Uma delas refere-se à necessidade de transformarmos as informações, veiculadas em grande medida nas campanhas publicitárias, em ações efetivas. Torna-se fundamental que as estratégias adotadas para o controle do vetor sejam territorializadas a fim de possibilitar maior adesão da população a elas.

Outra questão a ser considerada diz respeito à necessidade de se superar a culpabilização da população pela ocorrência de dengue. Em nossa experiência observamos que a responsabilidade individual é muitas vezes enfatizada por diversos parceiros do projeto, em detrimento das dimensões coletiva e pública da questão.

Com efeito, questões como o fornecimento irregular de água – que obriga os moradores a manterem depósitos de água, nem sempre em condições salubres e com precárias condições de armazenamento; o estado de pobreza em que se encontra parte da população – que impede a aquisição de depósitos adequados de água, levando à improvisação de recipientes e, dessa forma, proporcionando ambientes favoráveis à proliferação dos vetores da dengue; a inexistência da coleta regular de lixo – que produz criadouros artificiais essenciais e propícios à manutenção e proliferação do vetor primário – o *Ae. aegypti* -, devem ser enfrentadas coletivamente.⁵

⁵ Augusto et al (2005, 124) assinalam que “o enfoque na atitude individual para solucionar os problemas de armazenamento de água acaba por ocultar o grave problema relacionado ao saneamento ambiental, de um modo geral, e ao sistema de abastecimento de água em particular, que são responsabilidade do poder público nos vários níveis de governo”.

Assim, afirmamos que o estímulo ao controle social de políticas públicas é fundamental, pois a participação da população pode estimular as instâncias governamentais a agirem no sentido da promoção da saúde: realizando o controle endêmico, estabelecendo o fornecimento regular de água e a coleta regular de lixo. Além disso, a disseminação de informações territorializadas sobre o ciclo biológico do mosquito é fundamental para gerar conhecimentos sobre dengue, de modo que as pessoas possam – mobilizadas – agir conscientes dos alcances e limites dos seus atos.

Razão pela qual concordamos com Sabroza (2009) quando este afirma que o controle da dengue depende da criação de um sistema que possibilite a produção, a análise e a difusão de informações sobre índices de infestação domiciliar e peridomiciliar no menor tempo possível.

Desse modo, acreditamos que as estratégias de promoção da saúde anteriormente citadas deva-se somar a criação de um espaço apropriado a esse tipo de produção de conhecimentos sobre dengue. Portanto, a formação de moradores de Manguinhos voltada para a produção e a gestão das informações sobre dengue nesse território está na ordem do dia de uma proposta consistente de controle dessa arbovirose que é um grave problema de saúde pública no Brasil.

Referências Bibliográficas

Augusto LGS, Carneiro RM, Martins PH. Abordagem ecossistêmica em saúde. Ensaios para o controle de dengue. Recife: Ed. Univ. UFPE, 2005.

Batista Filho M, Silva DO, Sousa H. Desnutrição em Crianças de Áreas Faveladas: Manguinhos, Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, RJ, 8 (1), jan-mar., 1992. p. 69-76.

Bodstein R, Zancan R, Ramos CL, Marcondes WB. Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação da agenda local. Ciência & Saúde Coletiva, 9 (3), 2004. p. 593-604.

Buss P M, Pellegrini Filho A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, RJ, 17(1) 2007. 77-93.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro . Disponível em
.http://www.saude.rio.rj.gov.br/saude/pubsms/media/tab_incidengue2008.htm

Alto BW, Juliano AS Precipitation and temperature effects on populations of *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae): implications for range expansion. *J Med. Entomol*, 38, 2001. 646-656.

Consoli RAGB, Lourenço-de-Oliveira R. Principais Mosquitos de Importância Sanitária no Brasil, Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994. 225 pp.

Glasser CM; Gomes AC. Clima e Sobreposição da Distribuição de *Aedes*. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 2, 2002. 166-172.

Gubler DJ Dengue and Dengue Hemorrhagic Fever. *Clinical Microbiology Reviews*, Vol. 11, No. 3, July 1998. 480-496.

Honório NA, Lourenço-de-Oliveira R. Frequência de larvas e pupas de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* em armadilhas, Brasil. *Rev Saúde Pública*; 35,2001. 385-91.

Honório NA; Codeço CT; Alves FC; Magalhães MAFM; Lourenço-De-Oliveira R. Temporal distribution of *Aedes aegypti* in different districts of Rio de Janeiro, Brazil, measured by two types of traps. *Journal of Medical Entomology* v. 46, p. 1001-1014, 2009.

Kuno G. Review of the factors modulating dengue transmission. *Epidemiologic Reviews*, 17(2), 1995. 321-335.

Madeira NG at al. Education in primary school as a strategy to control dengue. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 35, 2002. 221-226.

Sabroza PC. A Promoção da Saúde no controle da Dengue. Disponível em <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?id=7888&tipo=B>. Acesso em 19/11/2009.

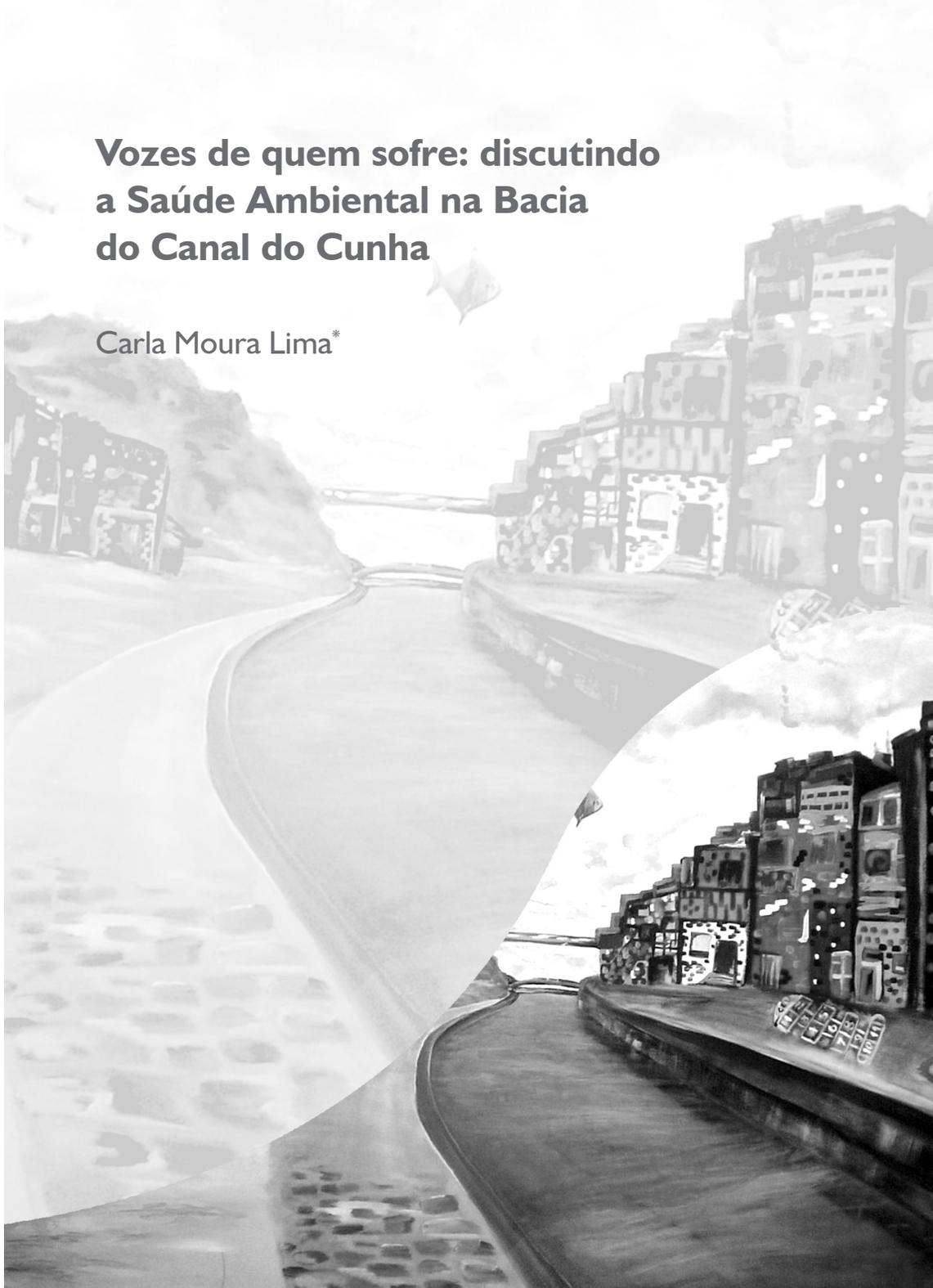
Silva, DO; Batista Filho, M; Shiraiwa T, Souza H. Sistema de vigilância alimentar e nutricional: proposta básica para um projeto experimental. Documento enviado ao Inan e CNPq. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública (Mimeo.), 1987.

Souza, ML. Fobópole – O medo generalizado e a militarização da questão urbana. RJ: Bertrand Brasil, 2008.

Trindade CP, Costa RGR, Fernandes TM. Memória e conflitos sociais no espaço urbano - Manguinhos/ Rio de Janeiro. XIII Encontro de História, ANPUH, RJ, 2008.

Vozes de quem sofre: discutindo a Saúde Ambiental na Bacia do Canal do Cunha

Carla Moura Lima*



Vozes de quem sofre: discutindo a Saúde Ambiental na Bacia do Canal do Cunha

Carla Moura Lima*

Resumo

O presente texto objetiva compartilhar as discussões acerca da saúde ambiental da região da Bacia do Canal do Cunha, por meio da I Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha, que realizou-se no dia 15 de agosto de 2009, no auditório térreo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca(ENSP/Fiocruz). Além dos debates realizados com especialistas em saúde ambiental, os primeiros resultados do movimento do qual esse evento é uma das ações, a Pré-Conferência produziu contribuições relevantes para os movimentos sociais e técnicos. Como proposta encaminhou-se a criação da articulação de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha. Outros resultados foram a criação de novas redes e a ampliação de outras já existentes. Tal movimento reforça as lutas consideradas prioritárias para a saúde ambiental da região.

Palavras-chave

Saúde Ambiental; subbacia do Canal do Cunha; Movimentos sociais.

“Vamos precisar de todo mundo,
Um mais um é sempre mais que dois.”
(O Sal da Terra, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos)

* O presente artigo contou com a co-autoria de Daniel Soares, Leonardo Brasil Bueno, Fernando Luis Soares, Michelle Oliveira, Rosane Souza, José Leonídio Madureira de Sousa Santos.

A proposta da construção da I Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha nasceu na Assessoria de Cooperação Social, que articulou representantes de movimentos sociais para comporem uma Comissão Organizadora para a tomada das principais decisões acerca do evento, como: metodologia, estratégias de divulgação e área abrangida.

A comissão organizadora foi composta por representantes de grupos e entidades de Manguinhos e complexo do Alemão: do Fórum do Movimento Social de Manguinhos (FMSM); da Rede CCAP; da Capela São Daniel; da União Ativista Defensora do Meio Ambiente (UADEMA); do Centro de Referência de Saúde da Mulher (CRESAM); Verdejar; ACS/ENSP/Fiocruz e Departamento de Saneamento (ENSP).

A 1ª Pré-Conferência de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha contou com 147 participantes de 57 movimentos sociais, entidades; grupos e setores de instituições.

Momento para refletir

Pela primeira vez no Brasil, em 2009, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (1ª CNSA). Seu principal objetivo foi “definir diretrizes para a política pública integrada no campo da saúde ambiental, a partir da atuação transversal e inter-setorial dos vários atores envolvidos com o tema.”

A Política Nacional em Saúde Ambiental deverá:

“ser voltada para o enfrentamento das repercussões e ameaças à saúde decorrentes da degradação e contaminação do meio ambiente, cada vez mais frequentes e intensos, o que exige a identificação de políticas e respostas integradas entre órgãos do governo e a sociedade. Com o lema “Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente” e tema “A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”, busca-se fomentar o debate tomando-se como ponto de partida as características demográficas, epidemiológicas, socioeconômicas, geográficas, ambientais e culturais que compõem a singularidade do território (CSNA, 2009).”

Diante de um ineditismo desta Conferência Nacional, tendo em vista a 1ª CNSA ter sido concebida com a proporcionalidade de participação privi-

legiando as contribuições dos movimentos sociais na formulação da Política Nacional de Saúde Ambiental, a ACS/ENSP/Fiocruz identificou como uma valiosa contribuição para a discussão de questões de saúde ambiental pelos movimentos sociais a realização da I Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha.

O principal objetivo da I Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha foi contribuir com a formação dos movimentos sociais (do entorno da Fiocruz), para participarem das Conferências de Saúde Ambiental.

Outros objetivos foram: tendo o tema “saúde ambiental” como aglutinador e catalisador de iniciativas locais; contribuir para a sistematização de problemáticas locais relativas à saúde ambiental; favorecer a divulgação das propostas para políticas públicas em saúde ambiental dos atores sociais da região e estimular articulações posteriores dos movimentos sociais presentes e ampliação da nova rede em torno de lutas em comum, para além do calendário de participação nas Conferências de Saúde Ambiental.

A sub-bacia do Canal do Cunha

A bacia é uma área que tem todos os rios que correm para um mesmo lugar, no caso chamamos sub-bacia Canal do Cunha que é esse rio aqui, que nós conhecemos bem, esse nosso vizinho que desemboca na baía de Guanabara e recebe todo e qualquer lixo que vem de toda essa região.

O pequeno rio que nasce lá no maciço da Tijuca, em cima de Água Santa, vai desembocar numa série de rios que vão chegando no rio Jacaré, que vai desembocar no Faria Timbó, que vai desembocar então no Canal do Cunha, então, por que toda essa área aqui possui questões em comum relativas à saúde ambiental? Porque quando qualquer empresa poluir, com esgoto mal tratado que esteja sendo despejado num rio da cidade, aqui em Água Santa, na região do Méier, Pilares, na área do complexo do alemão, Higienópolis, Inhaúma, Del Castilho, no Jacarezinho, em Manguinhos, essa água vai correr e vai chegar no Canal do Cunha e desaguar aqui no Fundão, impactando as comunidades de Manguinhos, as comunidades do Alemão, do Jacarezinho, da Maré e da Cidade Universitária.

A delimitação da bacia engloba os divisores de água que são, basicamente, os picos mais altos que dividem exatamente o limite até onde a chuva vai banhar o rio, onde divide a bacia. Mais do que ser um dos maiores poluidores da baía de Guanabara, o Canal do Cunha, é um reflexo da situação de injustiça ambiental que afeta a vida de todos esses moradores dessas favelas, que são obviamente sujeitos de direitos e que merecem que o Canal não esteja nessa situação, e a bacia não esteja nessa situação que afeta diretamente a qualidade de vida de todos os moradores. Cabe ressaltar a relevância de se criar um comitê da sub bacia do Canal do Cunha, pois o que se tem hoje são comitês de bacia mais amplos, mas nessa escala há uma carência devido a todos esses fatores referentes à ser a área que contém mais favelas e de ser um dos canais mais poluídos da cidade, e também um dos que mais poluem a baía de Guanabara.

Consideramos ser relevante muito mais do que uma definição técnica do que seria uma sub-bacia é apresentar as questões do território e quais são as proposições que vêm no território para combater esta situação de injustiça ambiental que marca a bacia do Canal do Cunha e o cotidiano dos moradores de favelas e moradores dessa área em geral, delimitada pela bacia.

Identificação de problemas de saúde ambiental na região

A programação da Pré-Conferência incluiu debates acerca dos três eixos da CNSA: Eixo I - *Desenvolvimento e sustentabilidade sócio-ambiental no campo, na cidade e na floresta*, debatedores: Paulo Alentejano (professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Carlos Bernardo Vainer (professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Eixo II - *Trabalho, ambiente e saúde: desafios dos processos de produção e consumo nos territórios*, debatedor: Hermano Castro (Coordenador do Centro de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/ENSP/Fiocruz) e Eixo III - *Democracia, educação, saúde e ambiente: políticas para a construção de territórios sustentáveis* – debatedor: Aníbal Amorim – Assessor da vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.

Após os debates da manhã, os participantes se dividiram em seis subgrupos pelos eixos temáticos da CNSA tendo em vista a realidade dos territórios representados na Pré-Conferência.

As questões discutidas nos subgrupos seguiram a seguinte orientação temática: *problemas ligados à saúde ambiental em cada território; soluções locais/comunitárias utilizadas como recurso para lidar com os problemas; propostas para a promoção da saúde ambiental em cada território e propostas para uma política nacional de saúde ambiental.*

Abaixo, encontra-se uma listagem com os problemas de saúde ambiental identificados como sendo os mais relevantes na região, tal como foram citados pelos participantes:

- *Rede de esgoto precária;*
- *Crescimento desordenado que causa o adensamento populacional (muito habitante por quilometro quadrado);*
- *Má qualidade do fornecimento de água, por causa da canalização que está péssima e precária;*
- *Poluição sonora;*
- *Lixo e a queima que piora a poluição;*
- *Animais (cavalos, cachorros, porcos) e os insetos ;*
- *Ausência de reflorestamento;*
- *Falta de informação por parte do poder público e dos responsáveis pelo trabalho social do PAC no que diz respeito ao saneamento;*
- *O desemprego em função da crise econômica pegou Manguinhos de maneira muito forte. Muitas empresas fecharam e há muito desemprego.*
- *As políticas públicas não contam com a participação dos moradores, sobretudo as do PAC;*
- *Há comunidades ilhadas em meio a várias obras do PAC... sem saneamento.. sem nenhum tipo de melhoria;*
- *As políticas públicas propõem mudança na moradia, mas o sujeito continua sem emprego, sem ou com dificuldades na coleta de lixo;*

- *Enchentes geram problemas e às vezes as dragagens no rio afundam as casas, que racham tudo. Obras são feitas para abrir as vielas e espaços para melhorar a entrada nas comunidades, mas a vida das pessoas quase sempre não é considerada. Na Varginha hoje, os problemas maiores são as enchentes, a falta de empregos e opção de serviço público. A violência já diminuiu muito, não tem mais problema;*
- *Houve um projeto chamado guardiões do Rio que foi feito para o Pan e depois acabou. Era para manterem limpos os territórios. Pra quem são as obras? Nós nunca sabemos nada sobre as obras e políticas que chegam às comunidades;*
- *As obras do PAC chegaram à minha rua e melhoraram o saneamento básico;*
- *Eu sou da mesma comunidade, mas na minha rua não houve nenhuma melhoria;*
- *Favela é cidade, está integrada, mas não de uma forma que beneficie as pessoas do lugar, pois é precária e injusta. Quem vai representar as pessoas nesses processos?*
- *As associações recebem convites de participação para conferência, mas não vão e dizem que isso é coisa para vocês comunidade;*
- *Seria importante os presidentes de associação estarem presentes, para que esses eventos servissem de possibilidade de pressão das comunidades sobre eles. O Amorim hoje tem problema com coleta de lixo péssima e falta de iluminação;*
- *Os presidentes de associações de moradores conseguem chegar a pessoas que a gente não consegue... para discutir as políticas pro local;*
- *É difícil de chegar aos próprios presidentes de associação... muitas barreiras... as próprias obras das políticas públicas são eles que decidem quem vai trabalhar;*
- *Quais seriam as alternativas para mudar este quadro? Como fazer para a participação popular das comunidades realmente decida quais são as melhores políticas para o ambiente em que vivem? ;*
- *As comunidades querem participar, mas existem muitas barreiras de todos os tipos como acesso às políticas públicas, obras para as reivindicações. Infelizmente chama de comunidade, mas não é. A quem interessa todas as obras que são feitas na favela?;*
- *O PAC não trouxe nada de cultural para as comunidades, que tem muita violência. A violência hoje é uma barreira para muita coisa pra minha comunidade, pra pensar em saúde ambiental;*

- *Não há continuidade nas obras, tinha que ter mais cobrança para isso;*
- *Mesmo as ações que são feitas fora do âmbito das associações acabam sofrendo represálias;*
- *Um dos grandes problemas na área é a questão do lixo. Caçambas, coletas de lixo. É necessário levar o lixo até caçambas nas entradas da favela para que ele seja recolhido. Depósito de lixo próximo à escola está infestado de ratos;*
- *Problema de lixo. Existe a questão que muitas das vezes conscientizamos as pessoas para colocarem o lixo apenas no dia em que o lixeiro vai passar e muitas não o fazem. Muitas pessoas arremessam o lixo diretamente no rio Jacaré. Falta conscientização;*
- *Muito difícil de conseguir nas secretarias de meio-ambiente o programa Guardiões do Rio. A COMLURB entra no Jacarezinho para a coleta, mas não é suficiente. Gari comunitário começou com 85 pessoas e o efetivo foi reduzido. Moradores pagam a associação e sua rua não é limpa. Caminhão da COMLURB passa apenas na rua principal. Quem não mora na rua principal tem que levar o lixo até caçambas nesta rua para que ele seja recolhido. As caçambas não dão vazão;*
- *A tendência é o aumento no número de “crackeiros”, tanto no Jacarezinho como em Manguinhos. A tendência é saírem da pista e irem também para o interior das comunidades.*
- *Programa de controle de vetores que funcionou por muito tempo acabou, sem “mais nem menos”. Existe na comunidade um projeto de troca de material reciclável por cestas básicas. Na década de 60 esse rio (Canal do Cunha) era limpo;*
- *Muitas vezes os catadores de resíduos remexem e espalham o lixo para poder catar material para revender e sustentar suas vidas. Precisamos ousar e pensar numa proposta mais ampla para o lixo: falamos apenas do lixo domiciliar e da coleta seletiva. Porém há outros lixos, os industriais que nos afetam muito também;*
- *Como nos foi falado de manhã, vivemos num modelo econômico que concentra terra, concentra riquezas. Diminuem as opções de sobrevivência no campo e desloca populações para a cidade. O modelo que concentra a riqueza e distribui a injustiça é o centro de nossa discussão;*
- *Algumas comunidades são vitrines, as outras ficam largadas. Remendam a fachada e deixam o quintal sujo. Estão preocupados com o Canal do Cunha por causa do mau cheiro que incomoda os turistas que passam na Linha Vermelha,*

apenas. O problema de lixo na rua não há tanto na Vila Residencial. A coleta de lixo não é deficitária, mas não há garis, nem comunitários. Quando passa varrendo, passa só na rua principal;

- Estamos nos mobilizando para o saneamento da comunidade, que joga seu esgoto in natura diretamente no Canal do Fundão. Há o problema técnico da comunidade ser no nível do mar. Quando a maré sobe, o esgoto volta. Não estão nem aí para as comunidades. A preocupação é com o cheiro ruim que quem sai do aeroporto sente;
- Em Manguinhos há muitos bueiros entupidos, jogando sacos de lixo no rio, reclamando das enchentes;
- Vários elementos que contribuíram para a poluição em Manguinhos como a Linha Amarela;
- Importância de aprender a lidar com a horta urbana, melhorando a qualidade dos alimentos, ter uma reeducação nesse sentido, ter um produto limpo sem agrotóxico, aproveitar melhor os alimentos e raízes. Pensei na saúde nesse sentido, não pode exigir que os jovens dos projetos mudem isso se nós mesmos não mudamos essa cultura de comer muita gordura, muitos produtos industrializados que podem ser cancerígenos etc. para explicar, a gente tem que entender;
- Nos afeta também a poluição das praias, da baía de Guanabara. Tenho plantas em casa em latas, coentro, salsinha, pimenta... ;
- Problemas na comunidade: muito mosquito, muita poeira, falta de atividade para crianças, terceira idade, ambiente engloba tudo isso;
- A poluição sonora dos trens, acúmulo de lixo pelos moradores desinformados, entulhando lixo, gerando mosquito. Precisa fazer um trabalho de educação porta a porta, o maior problema da comunidade é esse. E a horta é interessante, para ocupar o pessoal da terceira idade e toda comunidade;
- É necessária educação ambiental junto à creche comunitária, reaproveitamento de alimentos, material reciclável (pet papelão caixa de leite), educando da creche para a casa. Criança tem mais facilidade de multiplicar e fazer com que os pais venham à creche e discutam isso. Tinha que ter mais esse trabalho dentro das escolas públicas, elas têm que ter esse compromisso e essa preocupação. Fazer festa e decoração com material reciclável. Não jogar o lixo nas ruas que descem a ribanceira e provoca enchentes;

- *O problema é mundial. Não concordo com a fala de que as pessoas que jogam lixo na rua são burros ou porcos, não dá pra rotular, menosprezar a pessoa, tem que chegar e conversar para educar. Nos outros países, é mais sujo. Uruguai, Paraguai, Argentina tem uma quantidade maior de lixo do que aqui. Os professores têm que passar isso para os alunos. Tem que partir dos governos passar as cartilhas para as escolas. Meninas que se formam como professoras agora têm muito pouca informação e tem até medo dos alunos. Muitos se formam pelo dinheiro, mas falta compromisso. Assistente social tem de orientar a população. E a mídia tem que informar mais, e não colocar informações desinteressantes;*
- *Algumas campanhas só visam dinheiro ou são pontuais. Temos que começar a lutar porque somos cidadãos de direitos;*
- *Trabalhamos fora e os filhos foram criados por outras pessoas que tiveram outra formação... tem que ter conselhos etc, mas não foi levado ao povo como deveria ser. Agora eu entendi na fala do professor que o amianto é cancerígeno... essa semana já vou levar daqui todo o material e vou fazer um fórum social no meu bairro;*
- *Feema foi lá e multou e jogou um plástico preto em cima, choveu, rasgou, já esta de novo saindo... e esse canal não me atinge, mas atinge sim, tem um rio lá que cai tudo em cima de mim;*
- *Não ensinamos nossos filhos, o governo pode até ter a intenção de fazer, mas a educação do povo é invertida. Não é deixar sujo para o gari limpar... o japonês tem um rigor com a educação, qual o nosso rigor no Brasil? O pessoal fala que o pobre é burro, mas falta é informação. O povo se ilude. O meu bairro tem tudo, mas ninguém tem nada porque ninguém sabe onde buscar... tem posto de saúde, conselho tutelar, delegacia, mas o vício popular de comodidade...;*
- *Concordo com tudo o que foi dito anteriormente. Não existe ninguém burro, o que existe é falta de educação, estudo.. Meu filho foi criado pela empregada, porque eu trabalhava fora, mas ele joga até papel de bala no lixo.. você, da fábrica de cimento, tem que fazer um abaixo assinado, com a diretoria da associação e abrir um processo...vereadora é pra resolver problemas. Outras coisas são os presidentes de associação que não se unem, só quando interessa a eles, e não passam para a comunidade, quando vão a alguma reunião. Eu parablenizo as comunidades que estão aqui, alguém levou para eles. Tem outras comunidades do Alemão que não vão às reuniões, só o presidente e não passa para os moradores... às vezes vai para ficar na frente... o meio ambiente está um caos e as pessoas não respeitam...um jogo de*

empurra, as maternidades fechando..não tem apoio das pessoas, são poucas que dão a mão pra te ajudar. Tem que cobrar sempre do governo. Gostaria de ver esse mundo melhor;

- A questão da educação e do comportamento das pessoas surgiu forte, moro na Beira Rio, ao lado passa o Faria Timbó. Às vezes fico com o lixo de casa e começa a dar mosca, tem que botar pra rua, mas não tem um lugar, calçadas estreitas, quase vira para o rio, lixo desprotegido passam animais e comem.. o problema da saúde amplia;*
- Também é uma questão de política pública. Aqui não tem o mesmo tipo de tratamento da zona sul, passa só duas vezes por semana. A gente vê o fundo municipal de meio ambiente ser usado pra comprar “Caveirão”, pagar policial e depois a gente questiona a educação da população, que é o reflexo da sociedade.*
- A propaganda explora a imagem da mulher e é mais um elemento para gerar uma violência doméstica.. não adianta culpar as pessoas sem resolver o problema na raiz. Estudando a questão de saúde ambiental tem uma série de propostas, mas primeiro entender a problemática geral, em um território que era voltado para um complexo industrial, que foi aterrado, provocando enchentes, boa parte das indústrias do ramo químico que jogam os efluentes nos rios... que é a poluição mais agressiva....não dá pra reforçar clientelismo político, tem que procurar a justiça. Nós em Manguinhos fomos lesados pela refinaria de manguinhos e agora vão voltar, com a poluição do ar, maior propensão a incêndios.. tem a Lafarge que polui;*
- Não adianta ter ações pontuais, tem que ter um controle social permanente, comitês de bacias..macrobacias e sub-bacias... se não tem comitê ficam livres para fazer o que quiser... Canal de Cunha e Faria Timbó;*
- Tinha a possibilidade desse comitê, mas depois ninguém mais falou. Tinha o projeto dos guardiões dos rios de Mandela, mas não sei a quantas anda;*
- No Canal do Cunha mexeram numa obra pontual.. falta responsabilidade com a população;*
- Se não saiu o comitê nós temos que formar, é da sociedade civil, vamos levar para a plenária;*
- A fábrica de cimento tem um terreno enorme e não temos área de lazer... poderia ser uma forma de reparação – mas antes, ver se está contaminado;*

- *Tem um tratamento de esgoto e faz escoamento para dentro da comunidade por um canal, tem dias que é um fedor horrível, tem moradores com sinusite, rinite... e o mangue dependendo da maré também fede. Tem um número grande de ratos;*
- *Guardiões dos rios que era um projeto da prefeitura na Mandela 3, tinha eco-barreira, agentes ambientais etc. mas hoje não tem mais. Tinha em muitas comunidades, nosso projeto trabalha com várias comunidades, e sabe disso. Hoje em manguinhos tinha que voltar esse projeto. Poderia empregar egressos do sistema penitenciário. Tiravam muita coisa do rio, poderia ter um rio mais saudável ;*
- *Esse projeto muitas vezes é usado para dar emprego para pessoas indicadas politicamente. Toda liderança de associação tinha que ter um salário e ser exigido pela comunidade, para muitas pessoas terem interesse;*
- *O Estado não pode regulamentar organizações da sociedade civil. É o dever da comunidade cobrar o cumprimento do papel pelas lideranças. As associações ou ONGs para se regulamentarem tem que ter eleição etc. E se não tiverem isso direito, não podem concorrer;*
- *Cadê os presidentes das associações aqui hoje? Cadê o compromisso com a comunidade? Nossa associação tem todos os papéis certinhos e não passou nos processos do PAC. Passou uma instituição que nem faz parte dos nossos movimentos comunitários;*
- *Falta acolhimento de pessoas de rua suficientes, não tem vagas. Levam para outros locais, muitas mulheres;*
- *As igrejas evangélicas assistencialistas, que reforçam o problema;*
- *Tem que haver rejeição à proposta do Terminal Pesqueiro Público na Ilha – com abaixo assinado. O local fica ao lado de uma casa de índio que tem na Ribeira, com idosos, crianças, e o mau cheiro.. e situa-se na área protegida da APARU do Jequiá;*
- *Há políticas públicas que incentivam a competição entre organizações sociais. Usam investimento público com gestão de uma organização de fora para o trabalho social;*

- *O que mais atrapalha na Vila Residencial é a sujeira, lixos insetos, ratos, sem proposta de melhoria, ao entorno Canal, sugere um novo saneamento básico, sugere limpar o Canal da Cunha;*
- *Além da questão dos três eixos do Canal do Cunha/Fundão, há questão da usina que será reativada. Em relação ao conselho distrital da saúde, outra questão negativa (monóxido de carbono despejado pela linha vermelha);*
- *As questões das galerias que cortam a maré, a que corta a comunidade do Parque Maré, não há drenagem causa transtorno aos moradores da comunidade. A questão rede de esgoto não está dando o suporte necessário. Falta de diálogo entre governo e população. Houve corte de verbas, para obras que foram propostas, a estrutura que foi construída como quadras, praças por estarem inacabadas, quando esta calor as crianças até utilizam, porém ocasiona problemas de saúde com a poeira;*
- *Não temos saneamento básico, urbanização, problemas com enchentes no Canal do Cunha, quando há enchente as plantas em torno do rio morrem devido o grau poluição da água. A Vila joga o esgoto in natura no Canal e temos preocupações com a manutenção da elevatória ;*
- *Há luta pela moradia, mas temos problemas com falta de saneamento, coleta de lixo, conscientização, meio ambiente. Não há um controle. Há o desmatamento para construir novas construções;*
- *Tenho a preocupação com a falta de planejamento e gestão democrática do PAC que não é construído com a participação efetiva dos moradores.*
- *Falta saneamento básico e comprometimento da lagoa;*
- *Falta saneamento básico. Coloco a questão de responsabilidade de saúde ambiental, acúmulo de lixos, entulhos ocasionados pelas obras do PAC estão gerando problemas como aparecimento de insetos, ratos;*
- *Há uma evidência que os moradores participam efetivamente dos acontecimentos. Mangueiros está se mobilizando. Esses grandes empreendimentos mesmo a comunidade querendo interferir, o problema é a falta da gestão democrática. Falta de controle social. Há o não cumprimento dos objetivos, e a não apresentação dos projetos;*
- *O atraso das obras do PAC está gerando poeira que causa problemas de saúde;*

Propostas para a região da Bacia do Canal do Cunha

Depois das discussões em grupos, foram apresentadas as propostas para a saúde ambiental da região, bem como propostas de caráter nacional. Tais propostas foram compiladas de forma a subsidiarem a participação dos atores sociais nas conferências de Saúde Ambiental Regional, Estadual e Nacional. Um dos instrumentos de luta foi a publicação “A saúde Ambiental e a Perspectiva Local”, (Lima et.al. 2009).

- Apoiar a estruturação de Comissão Popular de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha; que pode vir a se tornar conselho gestor, comitê ou subcomitê de Bacia onde as comunidades farão acompanhamento e participação dos projetos e obras dos Canais do Cunha, do Fundão e dos rios Jacaré e Faria-Timbó;
- Garantir infra-estrutura de funcionamento dos conselhos gestores das APA-RUs, das comissões, dos comitês ou subcomitês de bacias hidrográficas;
- Promover reflorestamento das encostas da Bacia do Canal do Cunha, revitalização das margens dos corpos hídricos, recuperação e proteção dos manguezais;
- Criar cooperativas de trabalho local;
- Estimular a coleta seletiva de lixo e sua reciclagem;
- Buscar articulação com instituições públicas locais para fortalecer o diálogo comunitário e desenvolver discussões de saúde ambiental em espaços como: escolas, postos de saúde, COMLURB, igrejas, organizações, movimentos sociais e grupos esportivos;
- Desenvolver a Agenda 21 Local (seguindo os princípios do planejamento participativo, com a formalização de compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazo);
- Utilizar espaços comunitários ociosos e construir novos, para atividades de cultura, lazer, educação ambiental, artes e esportes, e que contemplem as expressões das comunidades;
- Ampliar apoio de instituições locais de peso, às atividades culturais, de saúde e ambiente;

- Priorizar os investimentos do fundo municipal de meio ambiente – FUCAM/ FECAM nas comunidades de baixa renda para a recuperação e preservação dos ecossistemas da bacia do Canal do Cunha;
- Garantir a gestão democrática de políticas públicas através da participação dos atores sociais locais nas obras do PAC e demais intervenções de saneamento, urbanização, construção de moradias e habitações saudáveis, conforme prescrito na Garantia do Estatuto das Cidades;
- Retomar o Projeto Guardiões dos Rios nas comunidades e criar mecanismos para evitar o seu uso político;
- Exigir o cumprimento da responsabilidade socioambiental das empresas que atuam no território;
- Desenvolver políticas públicas com projetos territorializados, e geridos por organizações locais sérias em conjunto com o poder público (se não existirem organizações preparadas, capacitá-las para tal. Além disso, exigir como critério para a participação, que nestas organizações comunitárias sejam garantidos processos democráticos, como eleição e fomento de parcerias, ao invés da competição que fragmenta a utilização de recursos públicos);
- Mapear poluidores e substâncias tóxicas que afetam a população da bacia do Canal do Cunha, e encaminhar para a conferência, para que sejam proibidas;
- Reivindicar responsabilidade do Poder Público, através de documentos, em apresentar informações sobre o andamento dos projetos nas comunidades da Bacia do Canal do Cunha;
- Criar mecanismos de democratização plena da informação para todos os moradores, que as recebam inclusive em suas moradias, com uma linguagem que atenda a todos os moradores;
- Incentivar diferentes linguagens na mídia comunitária (revistas, cartilhas, arte, música, vídeos, rádios comunitárias) na discussão da construção de territórios saudáveis;
- Incluir nas equipes da Estratégia de Saúde da Família um novo profissional – “o agente de saúde ambiental”;

- Promover diálogo entre o agente de endemias e o agente de vigilância e saúde e demais agentes comunitários;
- Ampliar a Estratégia Saúde da Família nas comunidades, com a contratação de mais profissionais, além da melhoria das condições de trabalho e remunerações condizentes com a importância das atividades desempenhadas;
- Fortalecer as unidades de conservação ambiental urbana (Parque da Tijuca, Parque Ecológico da Serra da Misericórdia, Parque Ary Barroso), entre outros, para a melhoria e a proteção da qualidade de vida na cidade.

Propostas para a Política Nacional de Saúde Ambiental

- Criar lei de agroecologia urbana, e fomentar hortas familiares e comunitárias, com educação alimentar, e inclusive, com ações de comercialização direta pautada na economia solidária;
- Promover políticas públicas de educação ambiental e cidadania ampla;
- Reivindicar a universalização do saneamento básico, porém não se limitando a ele, uma vez que o saneamento ambiental é necessário para a saúde ambiental;
- Construir canais de diálogo (grupo de trabalho) com as comunidades onde estas possam ser ouvidas e suas demandas consideradas nas políticas públicas;
- Promover a efetivação da lei federal de saneamento básico (Lei 11445/2007), através da constituição dos planos municipais de saneamento e do controle social;
- Efetivar a educação ambiental nos conteúdos escolares para compreensão da relação entre saúde e ambiente nos territórios (projeto político-pedagógico territorializado);
- Estimular iniciativas de prevenção à violência, enquanto condição essencial para a efetivação de políticas públicas de saúde ambiental;
- Garantir licenciamento ambiental, estudos e relatório de impacto ambiental participativos, em cumprimento a legislação ambiental;
- Implementar processos de justiça e reparação de passivos socioambientais;

- Regulamentar imposto sobre grandes fortunas para garantir orçamento para habitação;
- Lutar pela proibição do uso de transgênicos;
- Fomentar reforma agrária, regulamentação fundiária e produção agroecológica, com instrumentos necessários para combater especulação imobiliária na cidade, no campo e na floresta;
- Garantir participação efetiva das comunidades na construção de políticas socioambientais desde o diagnóstico à sua execução (gestão participativa e controle social).

Considerações Finais

Durante a Pré-Conferência Local de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha, os participantes de movimentos sociais e demais organizações presentes puderam estabelecer um importante diálogo e troca de experiências referentes ao tema da “Saúde Ambiental”. O tema, de incorporação ainda recente no vocabulário da maioria dos movimentos sociais, foi bastante debatido e gerou questões importantes para a reflexão e prática das organizações presentes no evento. A participação ativa dos movimentos sociais e organizações locais presentes, representativos na região delimitada pela bacia do Canal do Cunha, foi definida como fundamental para a promoção da saúde ambiental.

A Pré-Conferência produziu contribuições relevantes para a formação dos movimentos sociais e das demais organizações presentes, com destaque para a articulação de propostas e de ações direcionadas à participação nas Conferências de Saúde Ambiental - municipal, estadual e nacional. Na plenária, dentre várias propostas apresentadas, encaminhou-se a ampliação da articulação iniciada na Pré-Conferência, por enquanto denominada “Comissão Popular de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha”, com o objetivo de dar continuidade aos desdobramentos da Pré-Conferência Local, tanto no que tange a participação nas Conferências de Saúde Ambiental, quanto para objetivos além da participação nessas.

O maior do objetivo do processo já está se concretizando, que no que tange a articulação local, criação de novas redes, ampliação de outras já existentes, no intuito de reforçar as lutas consideradas prioritárias para a saúde ambiental nas regiões da Bacia do Canal do Cunha.

Anexo I

A 1ª. Pré-Conferência de Saúde Ambiental da Bacia do Canal do Cunha contou com 147 participantes de 57 movimentos sociais, entidades; grupos e setores de instituições: (1) Fórum do Movimento Social de Manguinhos; (2) Associação comunitária escola de rádio – Rádio Maré - Idase; (3) Ação Social Comunitária Educacional da Penha; (4) Casa Viva; (5) Raízes em Movimento; (6) Paróquia Santa Bernadete; (7) Projeto Mulheres da Paz; (8) Curso Mulher Manguinhos; (9) Associação de Mulheres de Bairro de Vista Alegre e Adjacências; (9) Associação Mangueira de pré-vestibular; (10) Associação de mulheres Praia da Rosa; (11) Associação de Moradores da Praia da Bandeira; (12) Associação de Moradores da Comunidade CCPL; (13) Associação de Moradores Conjunto Samora Machel; (14) Associação de Moradores do Conjunto Nelson Mandela; (15) Equipe de Controle de Endemias e Combate à Dengue; (16) Associação de Moradores Morro da Merendiba; (17) Centro de Referência de Saúde da Mulher - CRESAM; (18) Movimento Pró-Vila – Vila Residencial da Ilha do Fundão; (19) Associação de Moradores do Querosene; (20) Conselho Distrital de Saúde AP3.I; (21) Comitê Gestor do Hospital Getúlio Vargas; (22) Rede CCAP; (23) UADEMA; (24) Estratégia Saúde da Família / CSEGSF / ENSP; (25) IASESPE – ONG do Skate; (26) Programa de Controle da Dengue em Manguinhos - PCDM; (27) Casa Sol; (28) Igreja Metodista Ortodoxa de Vila São Pedro; (29) Pré-Vestibular Construção; (30) Oficina Artesanal de Manguinhos; (31) Centro Social Comunitário de Olaria; (32) Clube de Adolescente; (33) CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde; (34) Departamento de Saúde Ambiental (ENSP); (35) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; (36) Centro de Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (ENSP); (37) Campus Fiocruz Mata Atlântica; (38) Comissão Organizadora da Pré-Conferência de Jacarepaguá; (39) Comissão Organizadora da 1ª CESARJ; (40) Laboratório Territorial de Manguinhos (ENSP); (41) Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (ENSP); (42) Vice-presidência

de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz ; (43) Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz; (44) Assessoria de Cooperação Social da ENSP; (45) Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR / UFRJ; (46) Associação de Mulheres e Amigas de Bairro – Maré; (47) Centro Sócio Cultural – Eloim; (48) Associação de Moradores da Comunidade Agrícola de Higienópolis; (49) Movimento Pró-Vila – Vila Residencial / UFRJ; (50) Saúde Cidadania – Jacarezinho; (51) União de Moradia Popular – Taquara / Jacarepaguá; (52) Pastoral Social – Taquara / Jacarepaguá; (53) Associação de Moradores Samora Machel; (54) Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania / UFRJ; (55) Associação de Moradores do Parque Maré; (56) Escritório Técnico de Mata Atlântica / Fiocruz.

Referências Bibliográficas

LIMA, et.al, 2009. A Saúde Ambiental e a Perspectiva Local. ENSP/Fiocruz: Rio de Janeiro.

Reinventando a Esperança dos Sujeitos Históricos do Estuário de Manguinhos¹

Fernando Luis Soares*



Reinventando a Esperança dos Sujeitos Históricos do Estuário de Manguinhos¹

Fernando Luis Soares*

Resumo

O presente texto analisa a importância da Pré-Conferência de Saúde Ambiental, realizada no bairro de Manguinhos, para o resgate de questões referentes à construção da identidade coletiva formada na luta, social e histórica, dos moradores da região do antigo Estuário de Manguinhos.

Palavras-chave

Saúde Ambiental; Estuário de Manguinhos.

Os debates em torno da Conferência Nacional de Saúde Ambiental trouxeram novamente à tona questões que fazem parte da identidade coletiva, comunitária, da construção da subjetividade histórica comum dos moradores da região do antigo Estuário de Manguinhos, que hoje compreende a bacia hidrográfica do Canal do Cunha, que recebe as águas de encostas da Serra da Misericórdia e do Maciço da Tijuca, dos rios Faria, Timbó e Jacaré, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Organizada e tendo como eixo transversal esta bacia, a Pré-Conferência de Saúde Ambiental reuniu mais de 50 organizações sociais, do Complexo do Alemão, de Ramos, da Penha, de Manguinhos, do Jacarezinho, da Maré e da Vila Residencial da Ilha do Fundão, com mais de uma centena de pessoas presentes, entre moradores do entorno, gestores

¹ Referência à obra de Elmo da Silva Amador, "Baía da Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza". Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1997.

* O autor faz parte da Assessoria de Cooperação Social.

públicos e sociais, pesquisadores e técnicos da Fundação Oswaldo Cruz e da Universidade Estadual (UERJ) e Federal (UFRJ) do Rio de Janeiro. A multiplicidade dos atores sociais presentes dá a exata dimensão da importância deste processo conferencial para esta região.

No discurso de abertura da Pré-Conferência de Saúde Ambiental do Canal do Cunha, a secretária executiva do Fórum do Movimento Social de Manguinhos, Patrícia Evangelista, falou sobre sua importância:

“Este evento é fundamental para a comunidade. Manguinhos é uma comunidade entre rios. O movimento social vem buscando a realização do princípio da gestão democrática no território, mas o que vemos são situações graves de violação dos direitos pela gestão estatal e privada das políticas públicas. Este é o momento de denunciarmos a discriminação que sofremos. Não temos sido considerados como sujeitos dos nossos direitos. Questões como o Direito à Moradia Digna, ao Habitat Saudável, à Justiça Sócio-Ambiental, à reparação pelas violações estão aqui em pauta. Além da crítica, temos o dever de apontar soluções possíveis, de forma colaborativa, como fazemos desde a criação do Fórum Social de Manguinhos. Mas estou otimista, pois vejo que nesta comunidade que reúne pessoas simples, engajadas, pesquisadores e técnicos sérios e competentes, não faltarão idéias e disposição de luta, pois ainda que a vitória não aconteça, é preciso lutar. É preciso dizer para nossos descendentes que seus pais almejavam e construíram outros caminhos possíveis e dignos da sua humanidade, mas que foram derrotados, de forma muitas vezes perversa, pelo sistema dominante. Prova desta criatividade e inovação é o nosso Programa de Controle da Dengue de Manguinhos, o PCDM, que reúne ações de mobilização, formação e capacitação técnica para o fortalecimento da rede de proteção prevenção, promoção e controle da Saúde, que tensiona os sistemas de direitos para sua qualificação, para a construção efetiva de territórios saudáveis”.

Ainda que o processo de adensamento populacional desta região seja posterior ao aterramento da Enseada de Inhaúma e das ilhas (Sapucaia, Bom Jesus, do França, do Ferreira e do Fundão) que hoje compõe o que conhecemos atualmente como Ilha do Fundão, ou Cidade Universitária da UFRJ, as consequências deste aterramento para o ‘desenvolvimento’ do processo de modernização e urbanização industrial-capitalista da região metropolitana do Rio de Janeiro determinou a sobrevivência de milhares de pessoas às margens das enchentes², dos bens de produção, dos efluentes industriais e em péssimas condições de saúde e cidadania. Ao mesmo tempo em que eram expulsas das

² O aterro resultou na redução da capacidade de vazão dos rios.

áreas mais valorizadas da cidade, eram também postas a serviço, como mão de obra precarizada, do avanço das indústrias e da urbanização desigual do espaço, com o objetivo de promover a ‘competitividade’ do ‘parque industrial brasileiro’.

É também neste sentido histórico que a integração transversal das áreas de direitos fundamentais de Saúde, Cidades e Meio Ambiente, sob a égide da participação social democrática e cidadã, também significa o renascimento da esperança de emancipação social destas populações historicamente minorizadas e vulnerabilizadas pelo sistema capitalista.

Como lembrou o representante da presidência da Fundação Oswaldo Cruz, Valcler Fernandes, na abertura do evento, o próprio Sistema Único de Saúde, o SUS, cujos 20 anos estamos comemorando, é uma organização criada a partir da mobilização social, tanto das comunidades, da área de pesquisa, dos profissionais de saúde. Por isto, o SUS propicia condições para essa abordagem mais sistêmica, que possa integrar território, saúde e ambiente como ambiente histórico, conforme o gestor da FIOCRUZ afirma:

“Este ambiente que a gente acaba considerando como natural, mas que na verdade é um ambiente construído a partir da intervenção humana. O Brasil tem uma história de ocupação do seu território extremamente desordenada, extremamente deletéria do ponto de vista ambiental. Quando a gente pensa na dengue, por exemplo, que está há mais de 20 anos nos acompanhando [...] Na época, a dengue era vista como uma doença emergente [...] Mas atualmente ela faz parte do nosso cotidiano. Por quê? As intervenções do setor público têm sido absolutamente equivocadas, pois visam o controle da epidemia, da doença, sem intervir, de forma estruturante, sobre as condições sócio-ambientais de reprodução das causas e dos vetores destas doenças, de uma maneira muito fragmentada. O nosso desafio também requer a superação de uma visão comportamental preconceituosa, uma visão pejorativa de povo. Percebemos que nas campanhas de saúde, inclusive, na televisão, nos induzem a acreditar que a solução dos problemas que temos depende simplesmente de uma mudança de comportamento individual. O problema da coleta de lixo na cidade, por exemplo, não está no comportamento das pessoas, mas na inadequação das estratégias de coleta, reuso e/ou descarte do lixo, e não atingem, de maneira organizada, as populações mais empobrecidas da cidade. Então essa desigualdade da cidade precisa ser enfatizada, como fator de mudança estrutural, mais dignidade, quer dizer, o poder público precisa ser impulsionado, empurrado a tomar novas atitudes, do ponto de vista da desigualdade intra-urbana, que se reflete na violência, na coleta de lixo, no acesso à saúde e nas condições ambientais”.

A própria transversalidade integradora das áreas de Cidades, Saúde e Ambiente aponta na perspectiva do desenvolvimento de tecnologias sociais e ações sistêmicas que possam reconstituir a estrutura de formação da sociedade brasileira, como estratégia de democratização do estado brasileiro. Neste sentido também compreendemos a transversalidade como a perspectiva de envolvimento subjetivo dos sujeitos históricos como sujeitos de direitos, capazes de impactar não somente no plano funcional dos sistemas de direitos, mas também no plano das estruturas de formação. Esta possibilidade de transformação social, no entanto, só poderá emergir como processo de emancipação e democracia dotado de metodologias de gestão compartilhada, promoção e controle social de políticas públicas, defesa e garantia de direitos. Onde a territorialização e a inovação das tecnologias de promoção da cidadania e de gestão social compartilhada para o exercício das políticas públicas se façam fundamentais

A bacia hidrográfica do antigo Estuário de Manguinhos vem novamente se constituindo, a partir deste processo conferencial, como vetor de integração transversal dos movimentos sociais, órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa desta região.

É neste sentido transversal-integrador, de gestão compartilhada territorializada, que a Plenária desta Pré-Conferência se articulou, como proposta de continuidade, em torno da constituição do subcomitê de defesa ambiental desta bacia. Além destes espaços de participação, os movimentos sociais também reivindicam a gestão democrática e o controle social sobre as políticas públicas e projetos sócio-ambientais do Programa de Aceleração do Crescimento e do Projeto de 'Revitalização' do Canal do Cunha nesta região. O que também fez, deste espaço de participação, um espaço de denúncia e de crítica propositiva com relação à gestão destas políticas. Outro ponto de articulação se deu em torno da maior participação e controle social sobre os processos de licenciamento ambiental e da construção participativa de um Projeto Político-pedagógico transversal e territorializado em Educação Ambiental emancipatória para esta bacia.

A integração entre as áreas de direitos fundamentais, de Saúde, Cidades e Meio Ambiente, de forma transversal, é fundamental para o atendimento e compreensão da importância dos princípios de direitos humanos universais

- integralidade, indivisibilidade e interdependência- para uma ação política pública estruturante, capaz de enfrentar, pela raiz, as determinações sócio-ambientais da saúde da população. É também um primeiro passo, no sentido da transversalidade das políticas públicas, do que será a geração capaz de promover inovações instituintes para ampliar a capacidade de ação integrada e sistêmica dos processos de gestão social de políticas públicas e para a eficácia das mesmas. Como afirmou o representante da FIOCRUZ na abertura da Pré-Conferência do Canal do Cunha:

“As propostas da FIOCRUZ vão nessa direção, de garantir a autonomia e promover a capacidade das organizações da sociedade de conquistar, junto ao poder público, seus direitos fundamentais à saúde e à qualidade de vida no lugar onde vivemos. Reafirmarmos o compromisso da FIOCRUZ na implantação de um projeto diferenciado em Manguinhos, na perspectiva de um território integrado de saúde nos moldes que o Ministério da Saúde tem preconizado. Este é um projeto de grande prioridade, que pode servir para aprimoramento do SUS, melhorando a situação da atenção à saúde no país. Daqui, a expectativa é grande, de alavancagem de novas idéias e de soluções práticas, diferenciadas, para podermos replicar em outros lugares.”



Ecomuseu de Manguinhos – a memória dos gestos no desenvolvimento local

Felipe Eugênio dos Santos Silva*



Ecomuseu de Manguinhos – a memória dos gestos no desenvolvimento local

Felipe Eugênio dos Santos Silva*

Resumo

O Ecomuseu da favela de Manguinhos nasce em 2008 como um instrumento comunitário com fins de, além de promover atividades de emergência das identidades e memórias locais, construir uma cultura de participação local em redes de socialização de idéias e ações. Desde o advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, no qual remoções de moradias entre outras práticas ignoram diretrizes dos direitos humanos - posto serem desenhadas pelos técnicos e dirigentes de governo as cores e curvas da vida das pessoas da comunidade sem a participação da mesma – tornou-se emergencial contrabalançar essa disputa por um território cidadão usando como trincheira a “guerrilha semiótica”. Compreender o espírito local – que melhor se expressa no âmbito artístico - através de reforço do tecido social, eis uma provocação aos valores de cidadania. A missão do Ecomuseu em um território de exceção.

Palavras-chave

Ecomuseu; participação local; território; “guerrilha semiótica”

Tateando um território

Quando sobre a possibilidade de ter o deus maior da mitologia grega agravando-lhe os tormentos, Prometeu – que havia entregue o conhecimento do fogo

* Coordenador Pedagógico do PEJA-Manguinhos - REDECCAP/ Fundação Oswaldo Cruz.

aos mortais – disse aquela que poderia ser frase fundamental da educação, do profissionais que vivem na troca de saberes muito do oferecer conhecimento. “Que seja, estou preparado para tudo!”

Oferecer condições para o *outro* adquirir autonomia sobre seus próprios passos é exercício que devolve como resultado o imponderável sim, mas este calcado em princípios democráticos, onde o poder vive no plebiscito diário entre indivíduos e não na capacidade de decisão concentrada nas mãos de um grupo em detrimento de outros. É papel do Estado aplicar recursos públicos para fins específicos quanto ao bem estar social, e, na sequência, de sua gente, os cidadãos, os novos portadores do “fogo”, esperar o *tudo* – que não é tão imponderável assim, posto que o limite mora na isonomia e na democracia, conceitos assegurados por uma cultura da solidariedade e justiça social.

Nada é mais aguardado – e tão reivindicado - do que políticas públicas que possibilitem a gestão comunitária dos bens e recursos da nação. Diante do panorama social das iniquidades às quais inúmeros brasileiros estão submetidos, o tudo ainda é muito pouco para as mudanças por cumprir e outras por sonhar. Há necessidade de sairmos da retórica fácil e acionarmos instituições e sociedade civil em prol de ações imediatas, sem perder com isso o horizonte de expectativas de médios e longos prazos.

No ano de 2008, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, trouxeram ao Complexo de Manguinhos a oportunidade de reunir em um só momento as variadas reivindicações da comunidade, mas não necessariamente, por via dos representantes do poder público, fora aberto o devido espaço para esse debate. Na verdade, os gestores tiveram de reconhecer uma ambiência já preparada para o debate – a sociedade civil local estava já organizada antes do advento do PAC -, e assim, secretarias de estado responsáveis tanto pela execução de obras quanto de programas de intervenção social, praticamente todas arrefeceram diante de uma proposta mais participativa, e em simultâneo recrudesceram através de práticas que, digamos, “agilizassem” o cronograma de obras eliminando o “trabalhoso” exercício democrático de compartilhar decisões com o coletivo local.

Seguindo as leituras de Barthes, que disserta sobre a “escritura”¹, não considerarei válida a camuflagem do sujeito-autor numa narrativa que busque a impessoalidade como tom de enunciação. Como personagem com visão privilegiada – visto que pertencço ao movimento social local, atuando no setor de educação e compactuando com outros atores locais, companheiros que lutam pelos direitos humanos, contra as iniquidades sociais e econômicas, em prol de uma sociedade que dispute outro paradigma que não o vigente do capital – não faz qualquer sentido omitir a minha participação ativa neste cenário. Sem, contudo, excluir o lugar da análise crítica no lugar da memorialística, a lógica da escritura que aqui imprimo visa abranger no formato ensaístico, não o sujeito que o compõe o autor, como também – senão principalmente – trazer o leitor para perto das peripécias de uma narrativa viva; podendo, quem sabe, promover um encontro catártico entre mensagem e receptor, elevando este a partícipe – ou *levando-o* rumo a esta sensação.

Após o preâmbulo, voltemos a Manguinhos em seu momento político contemporâneo. Seus moradores – que acumulam experiências de intervenções do Estado brasileiro lhes alterando a vida com remoções, confrontos armados, precariedade de assistência de saúde e escolar, etc - a partir da iminência desta recente intervenção local, do PAC, hoje se debruçam – as lideranças todas, os partícipes mais variados – ao redor de uma agenda de participação intersetorial. É um caso raro de organização social na cultura política das favelas do Rio de Janeiro. O chamado Fórum de Manguinhos, ele é um espaço singular sem deixar de apresentar-se como modelo. O Fórum do Movimento Social de Manguinhos se substancializa em reuniões semanais que acontecem no território de Manguinhos, sendo principal lugar de acolhimento às dependências da Fundação Oswaldo Cruz (da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca), onde debates e resoluções sobre inúmeros temas que atingem o cotidiano da população local: temas de impacto de curto e longo prazos; pautas que vão da moradia à violência, da cultura à educação, da saúde à geração de trabalho e renda; convidados que representam as instituições públicas e órgãos gestores do estado comparecem; lideranças comunitárias são ombreadas com moradores em voz e voto, grupos de trabalho montam estratégias de reorientação sócio-política no território; essas entre outras atividades

¹ BARTHES, Roland. Aula. São Paulo, Ed Cultrix, 2005.

do Fórum de Manguinhos acontecem desde 2007, desde antes da primeira ferramenta se fazer ativa no PAC. Isso tudo coloca Manguinhos em posição especialíssima no que tange à movimentação política de seus moradores. Sem facilidades, porém. Mas com destaque a uma cultura da participação que se antecipou à intervenção do Estado sobre o território.

O complexo de favelas que compõe Manguinhos – que não é uma região homogênea, convive com problemas ligados à pobreza e a poluição ambiental. Com o agravamento da vulnerabilidade social nas favelas do Rio de Janeiro - causada, em grande medida, pelo desemprego estrutural, pela precariedade e ou ineficácia das políticas e dos equipamentos públicos; pela desestruturação familiar; pela crescente violência dos confrontos entre policiais e traficantes, pela constante violação de direitos civis - os jovens findam por constituírem o segmento de maior risco. Manguinhos exhibe um universo sócio-cultural onde seus moradores convivem com as várias formas de violência que pontuam o cotidiano urbano, especialmente as relacionadas ao tráfico de drogas, frequentemente noticiado na mídia. Realidade onde um número significativo de práticas vinculadas ao enfrentamento da segregação, à garantia dos direitos humanos, e à superação do quadro decorrente da omissão histórica do poder público face às necessidades básicas das comunidades populares, disputa espaço com setores que geram e reproduzem a violência do medo (que não seria mero o medo da violência, mas sim *as violências e seus ramificados medos*) e da apatia política. Difícil reivindicar, bradar por mudanças, num lugar onde sobreviver está agregado à resignação como atitude modelar – e, diante do risco, também é atitude sábia.

“(…) se o espaço social-popular proletário e sub-proletário está ligado ao contexto e as forças dinâmicas do capitalismo pós-moderno, ele mesmo na sua dinâmica endógena está atravessado por desigualdades e presenças pontuais de núcleos de forças sócio-produtivas diferenciadas, assim como por poderes de barganha a por capital simbólico e associativo próprio. A complexidade dos recortes favelados, enquanto bairros e cidades dentro da cidade se apresentam tanto na fragilidade material e cultural de seus moradores, quanto na força ativa de suas ligações culturais e produtivas com a cidade em seu conjunto.”²

Desde que a partir das potencialidades endógenas que radicam nos sujeitos locais – assim como nas redes de interpenetração e trocas de espaços infor-

² BOCAIYUVA, Pedro Cláudio Cunca. “Favelania” e desenvolvimento urbano local. disponível na internet in www.dlis.org.br (Diretor da FASE e colaborador da Rede DLIS).

mais – é possível apostar na construção de alternativas para que a favela se desenvolva com energia de moto-contínuo. A sustentabilidade de ações é alimentada no próprio local, com valores legitimados pelo senso de coletividade daquele território.

Quando enveredamos pelo conceito de território, é importante defini-lo como um lugar demarcado pelo processo histórico de pessoas, de grupos de pessoas ou uma coletividade que seja, no qual exercem um poder sobre essa área. Segundo Raffestin:

“à medida que o Espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.³

Para tanto, ao pensar uma intervenção sobre o espaço de Manguinhos deve-se antes discutir exatamente o proceder da intervenção em um território, o que significa entender que um território se forma a partir do espaço como resultado de ações conduzidas por atores de inúmeras naturezas; a tempo, os seus moradores, as indústrias, as instituições públicas e o Estado, este como responsável por promoção de políticas públicas com garantia de direitos.

“O território como bacia de conhecimentos, atravessado pelas redes de trabalho material e imaterial, é integrado de forma desigual e precária com o todo orgânico da cidade.”⁴

É necessário reconquistar esses espaços como Manguinhos territorializando-os a partir do processo de socialização de valores por membros da comunidade: multidimensionando o vivido, assumindo um protagonismo político. A interação das relações sociais e controle do espaço é estabelecida através das relações de poder num amplo sentido; a dominação e a apropriação se manifestam tanto por vias simbólicas quanto concretas, levando a necessidade de uma construção coletiva sem dirigismos. O plebiscito diário e isonômico entre os pares da comunidade evidencia uma força social que desenha os próprios horizontes de expectativa. O território é produção humana, daí a necessidade da atuação solidária por parte das pessoas que compõem aquele núcleo social.

³ RAFFESTIN, (1993, p. 143)

⁴ BOCAUYVA. Op cit, p. 8

A sustentabilidade, paradigma que carece de ações interligadas e complexas – desenvolvimento econômico, social e ambiental – só atinge questões críticas como a pobreza, o desperdício, o crescimento populacional, decadência ambiental e urbana, além da ausência da garantia de direitos, se construída por sobre uma cultura participativa, onde a população de Manguinhos, por exemplo, discuta e reivindique seu amanhã compreendendo-se parte da cidade.

“Discussão, reivindicação e amanhã”, essas são palavras que têm uma outra semântica diante daquela que a cidade assentada em cidadania sustenta. Na favela, a discussão pode levar à pena capital; a *reivindicação* é uma radicalidade que ou leva a lugar nenhum (descrédito no monitoramento das políticas públicas gestadas pelo Estado) ou também é risco à vida, ao corpo; e, por fim, o *amanhã* para muitos é a fuga daquele território, para outros moradores, no caso dos jovens que se envolvem com o tráfico de drogas, o *amanhã* é contraditório com o conceito de “vida loka”, o *carpe diem* local.

Nesta tensão cultural é que ganha corpo uma intervenção que se valha da arte, da história e da - ora, por que não? - abertura de horizontes de expectativa por meio da disputa por um âmbito do sonho livre.

O que parece um contra senso – afinal, a liberdade não é um dos elementos constitutivos do sonho? – em Manguinhos percebe-se um sistema de empacotamento de desejos: o meio massacrando os indivíduos como se um filme de terror estivéssemos assistindo, ou como se não fosse possível acreditar em qualquer concepção não determinista para alteração da realidade. A falta do sonho livre é a morte do homem moderno. Joguemos Cervantes no lixo.

Ecomuseu como promotor de pedagogia global

Entender o que seja um museu é básico para não classificarmos de “perfumaria” um trabalho que lide com os conceitos de patrimônio e de cultura para ocupar o território numa perspectiva de transformação da realidade social.

De antemão, interessa compreendermos onde se localizam – e para quem está a serviço – os espaços culturais com características de museus desta ci-

dade? Muitos dos estudantes do PEJA-Manguinhos⁵ têm suas primeiras experiências de visitação somente por conta de terem retomado os estudos; lembrar que são pessoas adultas   necessário, evidencia que fora da escola, tais espaçoes de memória e exposição artística não fazem parte de seus usos. Não deveria ser assim e o motivo é a complementaridade de um museu na vida social – que por mais frenética e embrutecida em nosso cotidiano de grande cidade, ainda guarda sua necessidade de interagirmos com objetos/instalações que nos autoreferenciem. O Museu   termo que, mitologicamente, que nos remete às musas – Mous on, espaço intelectual de manifestação das musas. Segundo a museóloga Tereza Cristina Scheiner⁶, o poder do museu está na evidência da cultura material e nos processos culturais como testemunho da criação. As musas são para Scheiner “a expressão mesma do g nio criativo do Homem”. D a l iç o de que as sociedades devem conhecer as próprias evidências culturais e assim compreender a realidade. Ligando tempo e espaço, o museu tradicional permitia o acesso a códigos culturais através de objetos, de documentos. O museu, nesta concepção, tem caráter de templo onde as musas são preservadas, o conhecimento protegido, para fins de sobreviver ao tempo. Bom, bonito isso. Mas e o Ecomuseu? Avancemos neste que, sem sobrepujar o lugar do museu tradicional, todavia veste melhor a missão de instalar-se em Manguinhos.

A Nova Museologia – termo que surge no início dos anos 80 – revê o papel social do museu, aplicando-lhe outras propostas ideológicas para seu sistema de valores. Fruto de debates da museologia das duas décadas precedentes, atualmente é buscado para o museu ser um instrumento do desenvolvimento social e cultural a serviço de uma sociedade democrática.

Neste novo pensamento museológico, a instituição museu não é mais baseada na construção de uma cultura (nacional, por exemplo) a partir do mito da homogeneidade, outrossim, deve considerar a variedade de culturas existentes sobre a lógica da participação ativa dos membros da comunidade. O salto de não considerar mais a comunidade como um objeto de estudo – o

⁵ O PEJA-Manguinhos (Programa de Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos), localizado no epicentro da favela de Vila Turismo (Manguinhos), tem como característica principal a sua política pedagógica voltada para princípios da Educação Cidadã. É fruto da parceria entre a REDECCAP, sua sede e executora, a coordenação pedagógica da EPSJV / FIOCRUZ, e o convênio com a Secretaria Estadual de Educação, contando também com o apoio da Coordenação de Projetos Sociais da FIOCRUZ.

⁶ SCHEINER, Tereza Cristina M.. Apolo e Dionísio no templo das musas – Museu: g nese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998

que reforçava a perspectiva de distanciamento e representação artificial – é um avanço consolidado na experiência de renomados museólogos tais como George-Henri Rivière e Hugues de Varine que, respectivamente, cunharam e desenvolveram o conceito de ecomuseu no século passado.

O ecomuseu é um instrumento comunitário, já sentenciava Varine. Nisso fica destacado seu objetivo de desenvolvimento da comunidade, através de uma pedagogia global apoiada em agentes que montem o patrimônio local. No ecomuseu as musas estão libertas do templo, passíveis de serem compartilhadas para além de muros. O homem é visto como produtor de cultura e não como objeto de aprendizagem.

O prefixo “eco” (casa) trata de uma noção de ecologia humana, na qual, as relações que homem e sociedade estabelecem como tradição - e que passam pelos processos de territorialidade cultural e consciência ambiental – são de responsabilidade da comunidade que lhes dota caráter patrimonial. O ecomuseu poderia viver apenas de “autoretrato”, fosse ele e tudo o que representa um personagem humano; porém, nesta fantasia ele vai além, e pinta o mundo, assim denunciando suas próprias formas.

Privilegiando a memória, o ecomuseu se vale da documentação banal, pois sobre o que considera patrimônio, ele lida mais com a esfera subjetiva do que a objetiva. Pretendendo ser espelho da comunidade, o ecomuseu dispõe de todas as coisas de relacionamento humano – o patrimônio imaterial de uma coletividade é possível de criar identificação somente fora da singularidade que homogeneiza a todos, quando uma identidade se coloca diante da outra, segundo a lógica do ecomuseu, aí então, subjetivamente, apresenta-se aquilo que chamamos de real.

[...] uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) o diz e o valoriza de um modo diferenciado. [...] A constituição do bem cultural passa através de um processo de atribuição voluntária de valores”⁷

O interessante repousa exatamente na atração dos encontros que o ecomuseu permite. Como museu em movimento, este formato de casa de cultura convida a população a se juntar em uma causa comum, esta que é refletir so-

⁷ CHAGAS, Mário. Museália. Rio de Janeiro: JC, 1995

bre si mesma. Mas não numa “casa” comum; senão “casas” – assim como em logradouros e becos, em espaços públicos circunvizinhos, no legado que cada morador de Manguinhos carrega em si, em seus gestos carregados de marcas de sua referencia cultural. Casas sim, no plural, porque é importante refletirmos uma cultura de grupo tendo por base a heterogeneidade. Do contrário esbarraremos em uma concepção fascista de existência coletiva: onde menos somos negados a dizer algo, mas sim obrigados a pronunciar contra nossa vontade. O patrimônio, no pensamento de Luis Carlos⁸, é possível amalgamador do “eu-real” dos indivíduos com os elementos históricos significativos, neste caso, formando identidades, dando garantias do futuro de uma coletividade ao pensá-la em processo de preservação do seu cotidiano. É o que eu chamo de memória dos gestos. Sempre neste modo, plural e aglutinador. Não necessariamente ausente de tensões. Pelo contrário até. A garantia de futuro está ligada ao conceito de tradição, que entre muitos sentidos hermenêuticos, trata-se de uma ideia de se querer existente (ou coisas, contextos existentes) no devir.

“O caráter multifuncional do patrimônio quando relacionado à identidade de um povo, o torna importante constituinte da sociedade, sinônimo de garantia para a sua estruturação e manutenção, elemento que torna a existência humana prazerosa na medida que fortalece e cria os laços afetivos entre o homem e o lugar.”⁹

A afetividade aqui nos cabe como mola de impulso. Ela está ligada à catarse artística como um resultado do encontro do homem com seu material espiritual: o reconhecimento mimético da vida real na obra de arte ou mesmo o destensionamento do sujeito diante do insólito que o convida a jogar pelo jogo; neste caso, o insólito é o jogo proposto também pela obra de arte, uma tautologia que nos desprega do monocromático cotidiano. Nos dizeres da Revolução Francesa, a palavra “*fraternité*” (fraternidade) vem para dar liga às outras duas: liberdade e igualdade. Sugerir o sentimento fraternal é buscar uma afetividade que não é necessariamente republicana, mas sim de raiz familiar, no caso, mais privada do que pública, onde os seus merecem todo carinho incondicional, diferente dos outros, os cidadãos sem parentesco. Ora, é uma clara invenção colocar fraternidade como palavra de ordem num modelo de organização social laico e racional, iluminista. E é por isso mesmo este um arti-

⁸ CARLOS, Luis. O valor do patrimônio ou o patrimônio como valor: análise valorativa do patrimônio histórico e arquitetônico. Revista Poiesis – estudos de Ciência da Arte (uff). Niterói, v. 8, p – 99.

⁹ Idem. P-93.

fício dos mais geniais: cria liga entre a liberdade e a igualdade – tão batalhadas-doloridas-de-alcançar - porque traz dos cidadãos um dado de humanidade que se deixa seduzir pelo sentimento adocicado.

A luta pela mudança de um sistema social excludente para um que seja integrador e equânime é dura, bem sabemos, mas a ternura jamais dever cessar como marca neste processo – parafraseando uma máxima socialista do século XX. A afetividade pretendida para ligar o homem e o lugar, no caso de Manguinhos, no contexto do Ecomuseu de Manguinhos, esta deve ser tomada pelas linguagens artísticas como veículos de provocação do cidadão diante daquele espaço aparentemente esvaziado de cidadania, todavia vivo porque resistente à barbárie diuturna. O modo como se apresentará uma “Manguinhos histórica e sedutora” para os seus moradores, por princípios e por fins, há de ser pela via do “encantamento” - característica da atividade artística - mas também pela via do “compartilhar de ideias” - característica de um movimento coletivo e pedagógico.

Mas, afinal, o que seria uma Manguinhos histórica? Seria descobrir elementos arqueológicos daquele lugar? Ou mesmo visitar no passado como era esse território enquanto indígenas ainda por ali viviam? Não eliminando esses troncos de conhecimento, mais importante se faz incentivar a imaginação sobre uma Manguinhos que foi historicamente construído e transformado. O que vem a dar autoria ao homem, aos seus moradores, mulheres e homens, sobre o que Manguinhos se constitui hoje, e como chegamos a isso? É o que chamamos de compreensão do processo histórico: é compreender que decisões, omissões, violências e acordos entre homens forjaram o desenho de futuro de um coletivo. Assim eliminar a concepção de “fenômeno natural” para as coisas como elas se dão atualmente, o cenário de pobreza e falta de paz. E, no lugar disso, puxar o fio da história de como somos protagonistas do nosso tempo, e arquitetos daquele outro, o do porvir.

Diante da intervenção urbanística dos poderes executivos sobre a região (Governos Federal, Estadual e Municipal são gestores das obras), o ecomuseu de Manguinhos se insere na série de aparelhos culturais e de sociabilidade que, na perspectiva de formar uma rede social de cultura, transetorialmente atingiria ações cooperadas para desenvolvimento cultural/artístico do território. Assim, no ecomuseu de Manguinhos, é mais do que importante a consciência

da necessidade dele se operar comunitariamente, pensando que o patrimônio local deve ser exibido a partir da interação dos signos com os moradores - seus portadores/criadores.

E sim, como sujeito partícipe que sou, posso relatar sobre o quanto em dois anos já fora discutido em reuniões com moradores de Manguinhos o que um ecomuseu seja. Inclusive reuniões onde se debateu a inversão da lógica do museu tradicional, eliminando as noções de “coleção” e “visitantes”, e em seu lugar conceber dinâmicas sobre de “patrimônio” e “comunidade”. Ou seja, transitamos do ponto de conversas onde havia uma empolgação por um prédio institucional e pompas dessa natureza, coisas que mimetizam um museu tal como se imagina para pensarmos coletivamente uma territorialidade museal, onde as peculiaridades culturais se evidenciem na edificação de valores identitários que proporcionem a auto-estima.

A proposta do ecomuseu obtém seu sucesso quando a participação do público se transforma em cooperação dos habitantes, o que, numa linguagem metapatrimonial, é afirmar que o processo de construção do museu torna-se, materialmente, um novo bem da comunidade. O legado de uma educação de, ao inscrever-se subjetivamente sobre memória coletiva, escrever caminhos de futuro.

No encerrar do ano de 2009, o ecomuseu está sendo impulsionado pelos recursos dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (Ministério da Cultura em parceria com Secretaria Estadual de Cultura), quando começaremos produções de documentários sobre esses “gestos da transitoriedade” de Manguinhos. Afinal, o que pode ser readquirido na forma de discurso (fílmico) dentro de uma comunidade viva e diversa? A aparente simplicidade da tarefa não deve iludir os atores em cena. Para tanto, muitos serão esses atores. A pauta do roteiro sendo pactuada com o público local e a dinâmica de “câmera aberta” (os documentários, após produzidos, serão exibidos nas ruas das favelas de Manguinhos, e só finalizados com os depoimentos captados após cada exibição), possibilitarão um assentamento de novos signos na comunidade.

O Ecomuseu de Manguinhos contribui ao fortalecer a integração sinérgica do tecido social local, através do aumento das referências coletivas a um território, cultura, história e redes familiares, de vizinhança e solidariedade comuns

aos membros destas comunidades, tendo em vista que o senso de pertencimento é condição de cidadania para a mobilização e reivindicação do estado democrático de direito e para a promoção da saúde enquanto produção social de determinação múltipla e complexa. Dentre as marcas pretendidas com tal aparelho cultural, está de um lado o debate, do outro, a prática da crítica – que inclui, investigar as fronteiras que separam a favela da cidade.

Para muitos, são fronteiras impalpáveis, para outros, apenas inexistentes. Que grato não será um jogo com tais querelas no ar! O transitório - nada mais permanente do que a transitoriedade - e o desejo de compreender essa dialética que envolve tanto de preconceitos quanto de preceitos do sistema excludente e injusto até então vigente. Estamos lidando com a busca de construir uma nova tradição, de imprimir sim, uma substantivação da continuidade através de novos elos que se encadeiem – que são a manutenção de novas referências à população local, reforçando o sentido de coesão presente numa cultura da solidariedade, cultura da participação no espaço público como promotora das mudanças, uma cultura de empoderamento. Acredito com isso obliterar outras marcas culturais, não necessariamente apagá-las. Disso trata-se a guerrilha semiótica, ocupar de modo edificante e contagiador, trincheira a trincheira, o território de valores e código que legitimam o status quo. Pois sim, nesta seara de “invenção” das tradições, não é possível negar certa pretensão revolucionária. Ao menos não seria honesto tal negativa. Manguinhos e o movimento de criar uma nova identidade cultural – libertadora, inclusive, do imaginário dos indivíduos. Eis nossa bandeira, eis nosso leão a se abater diuturnamente.

Referências Bibliográficas

BARTHES, R. Aula. São Paulo, Ed Cultrix, 2005.

BOCAYUVA, PC. “Favelania” e desenvolvimento urbano local. disponível in www.dlis.org.br.

CHAGAS, M. Museália. Rio de Janeiro: JC, 1995

CARLOS, L. O valor do patrimônio ou o patrimônio como valor: análise valorativa do patrimônio histórico e arquitetônico. Revista Poièsis – estudos de Ciência da Arte (uff). Niterói, v. 8, p – 99.

SCHEINER, TCM. Apolo e Dionísio no templo das musas – Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

DE VARINE, H. O Ecomuseu. in Ciencia Let., Porto Alegre, 2000.

SOARES, BCB. Entendendo o ecomuseu: uma nova forma de pensar a museologia. Revista eletrônica Jovem Museologia: Estudo sobre museus, museologia e patrimônio. Ano 01, número 2, 2006.

THIOLLENT, M. Uma estratégia de conhecimento crítico. Unicamp. Sem mais referências.

